



RELATÓRIO ANUAL 2025

**COOPERZEM COOPERATIVA DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**



- 1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO**
- 2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2025**
- 3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL**
- 4 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**
- 5 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE REGULATÓRIA**
- 6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2025**
- 7 - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE CONTABILIDADE REGULATÓRIA**



1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO



1.1. Apresentação

Senhoras e Senhores,

Apresentamos a seguir, a descrição sucinta das principais atividades realizadas no exercício de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZEM Distribuição para a sociedade, parceiros e consumidores.

A COOPERZEM Distribuição atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 63 anos de existência.

A meta da administração continua sendo a de buscar incessantemente as melhores condições na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores de sua área de atuação.

No exercício de 2018 passamos por um importante momento na história da cooperativa com a assinatura do contrato de permissão em 26 de outubro de 2018.

1.2. Regularização da Cooperativa como Permissionário de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica

A COOPERZEM Distribuição tornou-se permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica em 26 de outubro de 2018, mediante Contrato de Permissão firmado entre a União e a COOPERZEM Distribuição.

1.2.1. Resumo dos Fatos Sobre a Regularização da Cooperativa como Permissionário de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica

O processo de enquadramento como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, foi pleiteado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL nº 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL nº 012/2002.

Em 17 de dezembro de 2017 a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 375/2017-SGT/SCT/ANEEL definindo, entre outros aspectos, os valores que comporiam a tarifa inicial da cooperativa como permissionária. Os termos da nota técnica foram submetidos à audiência pública (AP nº 079/2017) e a cooperativa aguardou o resultado



da análise das contribuições apresentadas à referida audiência pública e seus efeitos sobre a definição da tarifa inicial.

A COOPERZEM sediada na cidade de Armazém/SC e atendendo cerca de 6.800 unidades consumidoras em 2018 teve sua área de atuação homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 323, de 18 de abril de 2006 compreendendo os municípios de Armazém, Gravatal, Imaruí, Rio Fortuna, São Bonifácio e São Martinho, no Estado de Santa Catarina.

Em 28 de agosto de 2018 a Resolução Autorizativa nº 7.266 enquadrou a cooperativa como permissionária de serviço público e em 26 de outubro de 2018 foi firmado o Contrato de Permissão nº 07/2018 entre a União e a COOPERZEM, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

O Contrato definiu que a permissionária reconheceu que as tarifas iniciais definidas conforme a Resolução Normativa nº 813, de 3 de maio 2018, em conjunto com as regras de reposicionamento tarifário, são suficientes à adequada prestação do serviço e à manutenção do equilíbrio financeiro da permissão.

Prazo da Permissão – o prazo da permissão é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

1.3. Processo Tarifário

No exercício de 2025 passamos por mais um processo de reajuste tarifário, o oitavo, aprofundando nosso conhecimento na prática do mecanismo regulado de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: a parcela A representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.



Parcela B: a parcela B representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Processo de Reajuste Tarifário – Por meio de correspondência enviada à ANEEL, a COOPERZEM Distribuição solicitou os valores de Parcela B, segundo estabelecido no PRORET 8.4.

A receita requerida para o processo da COOPERZEM Distribuição, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2025, resultou em R\$ 55.446.053,93. Deste total, 62,13% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 34.446.053,93 e 37,87% corresponde a parcela B, somando o valor de R\$ 21.000.000,00.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	8.468.374,64	11.437.947,44	35,07%	5,98%	20,63%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	69.739,62	78.739,45	12,90%	0,02%	0,14%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.137.671,26	7.800.262,32	27,09%	3,35%	14,07%
CDE Eletrobras	170.643,59	30.962,67	-81,86%	0,28%	-0,06%
CDE GD	454.003,40	1.271.303,97	180,02%	1,65%	2,29%
CDE Escassez Hídrica	184.892,09	184.096,07	-0,43%	0,00%	0,33%
ESS/EER/ERCAP	1.005.918,07	1.205.974,73	19,89%	0,40%	2,18%
PROINFA	786.793,79	928.533,56	18,01%	0,29%	1,67%
ENERGIA COMPRADA	13.050.675,12	11.970.557,93	-8,28%	-2,17%	21,59%
Energia	13.050.675,12	11.970.557,93	-8,28%	-2,17%	21,59%
TRANSPORTE DE ENERGIA	7.598.972,98	11.037.548,56	45,25%	6,92%	19,91%
Rede Básica	1.543.636,80	3.705.744,00	140,10%	4,35%	6,68%
Rede Básica Fronteira	96.946,76	470.064,00	384,90%	0,75%	0,85%
Uso do sistema de distribuição	5.958.389,43	6.861.740,56	15,16%	1,82%	12,38%
Total de Parcela A	29.118.022,75	34.446.053,93	18,30%	10,72%	62,13%
Total de Parcela B	20.562.565,28	21.000.000,00	2,13%	0,88%	37,87%
Variação econômica				11,61%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Total Financeiros		(5.973.239)		-12,02%	
Variação econômica e financeira				-0,41%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				18,29%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				17,88%	

DRA – Data de Reajuste Atual

DRP – Data de Reajuste em Processamento

As tarifas de aplicação da COOPERZEM Distribuição, constantes da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.399, de 24 de setembro de 2024, ficaram, em média, reajustadas em 17,88% (dezessete vírgula oitenta e oito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Passaram a vigorar, no período de 30 de setembro de 2025 a 29 de setembro de 2026, as tarifas constantes das tabelas anexas à RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA - ANEEL Nº 3.529, de 23 de setembro de 2025.



1.4. Perfil Operacional

A COOPERZEM Distribuição opera no mercado de distribuição de energia elétrica mediante contrato de permissão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme acima mencionado, com área de abrangência e demais particularidades definidas entre as partes e segundo a legislação do mercado regulado de energia elétrica.

1.4.1. Descrição Sucinta do Mercado

As redes de distribuição de energia elétrica da COOPERZEM Distribuição, atendem os municípios de Armazém, São Martinho e São Bonifácio em 100% das residências.

1.4.1.1. Número de Consumidores

O número de consumidores com faturamento no encerramento do exercício de 2025 apresentou uma redução de 1,12%, quando comparado com o número de consumidores no encerramento do exercício anterior.

Classe	Número de Consumidores		Variação %
	2025	2024	
Residencial	5.873	5.756	2,03%
Industrial	157	167	-5,99%
Comercial	560	595	-5,88%
Rural	2.347	2.527	-7,12%
Poderes Públicos	124	121	2,48%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviços Públicos	17	15	13,33%
Total	9.084	9.187	-1,12%

Compreende 7 consumidores livres da classe industrial.

1.4.1.2. Energia Elétrica Distribuída

A distribuição de energia elétrica na área de atuação da cooperativa, em 2025, foi de 73,072 MWh contra 70,654 MWh em 2024, demonstrando um crescimento médio de 3,42%.

Classe	Consumo por Classe - em MWh		
	2025	2024	%
Residencial	16,582	15,359	7,96%
Industrial	28,015	26,531	5,59%
Comercial	5,071	4,725	7,33%
Rural	20,318	21,041	-3,43%
Poderes Públicos	1,030	1,038	-0,76%
Iluminação Pública	1,837	1,756	4,58%
Serviços Públicos	0,219	0,205	6,96%
Total	73,072	70,654	3,42%



A maior variação positiva foi observada na classe residencial com 7,96% e a maior variação negativa foi observada na classe de rural, com menos 3,43%.

1.4.1.3. Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica praticada em dezembro de 2025, foi de R\$ 748,44 por Mw/h, representando um aumento de 16,89% em relação a tarifa média praticada em dezembro de 2024.

Tarifa média de Fornecimento			
Classe	R\$/Mwh		Variação %
	2025	2024	
Residencial	793,80	679,08	16,89%
Industrial	793,80	679,08	16,89%
Horo-sazonal Verde na Ponta	2.472,84	2.128,57	16,17%
Horo-sazonal Verde na Fora de Ponta	362,14	306,49	18,16%
Horo-sazonal Azul na Ponta	362,14	306,49	18,16%
Horo-sazonal Azul na Fora de Ponta	362,14	306,49	18,16%
Comercial	793,80	679,08	16,89%
Rural	793,80	679,08	16,89%
Poderes Públicos	793,80	679,08	16,89%
Iluminação Pública	476,28	407,45	16,89%
Serviço Público	793,80	679,08	16,89%
Média	748,44	640,28	16,89%

1.4.1.4. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2025, líquida da incidência de ICMS, PIS e COFINS, foi de R\$ 33,72 milhões, superior a receita de 2024 em 1,95%, quando registrou um total de R\$ 33,08 milhões.

Valores em milhares de Reais

Descrição das Receitas por Classe de Consumidor			
1 - Receita Bruta			
Classe	2025	2024	Variação %
Residencial	11.051,50	10.247,31	7,85%
Industrial	15.368,78	13.826,52	11,15%
Comercial	3.208,29	3.111,18	3,12%
Rural	12.038,99	12.771,08	-5,73%
Poderes Públicos	722,95	705,83	2,43%
Iluminação Pública	780,95	716,66	8,97%
Serviços Públicos	154,24	139,25	10,76%
Soma	43.325,70	41.517,83	4,35%
2 - (-) ICMS/PIS/COFINS	- 9.602,03	- 8.438,76	13,78%
3 - (=) Receita com Energia (1-2)	33.723,67	33.079,07	1,95%



1.4.1.5. Quadro de Funcionários

A cooperativa possui 47 funcionários, dos quais 37 desenvolvem as suas atividades profissionais na área de operação e manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica, 10 desenvolvem atividades profissionais na área de comercial e administrativa.

1.5. Desempenho Econômico e Financeiro

Em 2025 a cooperativa obteve uma receita operacional líquida foi de R\$ 63,89 milhões, 6,46% superior a receita operacional líquida do exercício de 2024, com R\$ 60,01 milhões.

O resultado líquido do serviço, que é o resultado líquido antes dos efeitos financeiros e dos tributos, é considerado bastante satisfatório no valor de R\$ 10,07 milhões, 20,55% superior ao resultado do exercício de 2024, com R\$ 8,35 milhões.

A cooperativa possui um ativo total de R\$ 86,18 milhões e patrimônio líquido no valor de R\$ 46,34 milhões.

1.5.1. Valor Adicionado

O valor adicionado representa os valores correspondentes a riqueza gerada pela cooperativa, cuja distribuição, no exercício de 2025, ocorreu da seguinte forma:

Distribuição do Valor Adicionado	Valores em milhares de reais	
	Valor	Participação %
Pessoal	5.069,53	13,72%
Governo	20.823,41	56,34%
Financiadores	3.445,74	9,32%
Associados	7.621,42	20,62%
Total	36.960,10	100,00%

1.6. Investimentos Realizados

No exercício de 2025 foram realizados importantes investimentos na manutenção e melhoria do sistema de distribuição. Em termos globais a cooperativa realizou gastos com operação e manutenção das redes de distribuição no valor total de R\$ 28,05 milhões.

Os investimentos em melhorias e ampliação de redes de distribuição de energia elétrica foram de R\$ 28,04 milhões.

a) Os investimentos realizados em redes de distribuição de energia elétrica na área de atuação da cooperativa no período de janeiro a dezembro de 2025, em quantidade de equipamentos principais apresentaram, resumidamente, a seguinte posição:



	Transformadores (un)	Postes (un)	Rede (km)
Armazem	19	314	24,65
São Martinho	19	159	7,90
São Bonifácio	20	231	13,60
Imaruí	2	21	0,99
Gravatal	1	22	0,55
Total	61	747	47,69

b) Detalhadamente os bens adicionados/substituídos na rede de distribuição de energia elétrica, por município, no período de janeiro a dezembro de 2025 foram:

	Armazém	São Martinho	São Bonifácio	Imaruí	Gravatal	Total
Transformadores (un)	19	19	20	2	1	61
Monofásico	3	6	13	2	1	25
Trifásico	16	13	7	-	-	36
Postes (un)	314	159	231	21	22	747
Companhia	169	91	154	16	7	437
Particular	145	68	77	5	15	310
Rede (km)	24,65	7,90	13,60	0,99	0,55	47,69
Primária	13,14	3,44	6,84	0,64	0,38	24,44
Companhia	13,14	3,44	6,84	0,64	0,38	24,44
Secundária	11,51	4,46	6,76	0,35	0,17	23,25
Companhia	11,21	4,46	6,76	0,35	0,17	22,95

1.6.1. Subestação de 34,5 kV

Em 2024 a cooperativa deu início às obras de construção de uma subestação de 34,5 kV, no município de Armazém – SC, com custo total de R\$ 10 milhões, integralmente concluída no encerramento do exercício de 2025.

1.6.2. Subestação e Linha de Transmissão 138kV

Foi também iniciada a obra de uma subestação e de uma linha de transmissão denominada de LD 138 kV, Jorge Lacerda A – CERGRAL e COOPERZEM, com aproximadamente 18 km de extensão, circuito duplo, cabo 336,4 MCM.

1.7. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todas as demais pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Armazém 31 de Dezembro de 2025.

Marcelino Gabriel Heerdt
Presidente



DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Marcelino Gabriel Heerd
Presidente

Cristiano Moreira Filho
Vice-Presidente

Teobaldo Heinzen
Secretário

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Efetivos:

Wilson Jose Schotten
Nelson Ballmann
Adalberto Roesner
Vilmar Weber Michels
Ernani Valdir Eifert

Suplentes:

Marlon Dieter Buchner
Antonio Guisi Ceolin
Eduardo Schmidt
Odilei Westfal
Rogerio Garcia
Altamiro Dos Santos Medeiros

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

André Otávio Exterkoetter Laurindo
Anselmo Machado da Rosa
Ricardo De Souza Carvalho

Suplentes:

Edson Loffi Feuser
José Fortunato Spíndola
Wilson Newton Schmitz

DELEGADOS JUNTO A FECOERUSC

José Helio Michels Correa
Fernando Da Rosa
Valmir Loffi
Djauma Afonso Scharf



1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2025



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2025	2024
Circulante		19.006,56	25.839,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	5.319,52	14.073,29
Contas a Receber de Clientes	7	7.689,09	6.404,03
Tributos a Recuperar	8	64,88	166,69
Estoque	9	31,52	48,79
Ativo Financeiro	10	2.344,87	1.084,88
Despesas Pagas Antecipadamente	11	12,79	13,34
Outros Ativos Circulantes	12	3.543,89	4.048,49
Não Circulante		67.173,27	42.858,17
Tributos Compensáveis	8	58,45	67,39
Outros Ativos Não Circulantes	13	14.758,96	14.611,35
Participações Societárias Permanentes	14	41,18	41,18
Ativo Financeiro Indenizável (Permissão)	15	3.752,38	592,80
Intangível	16	48.562,30	27.545,45
TOTAL DO ATIVO		86.179,83	68.697,68
PASSIVO	NE	2025	2024
Circulante		17.914,67	12.027,06
Fornecedores	17	7.345,39	5.157,15
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	1.577,44	533,32
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	19	868,50	697,37
Tributos a Recolher	20	1.278,82	1.020,56
Provisão para Litígios	23	2.916,45	440,66
Taxas Regulamentares	21	875,85	626,63
Passivo Financeiro	10	209,56	1.109,64
Outros Passivos Circulantes	22	2.842,66	2.441,73
Não Circulante		21.927,12	17.954,74
Fornecedores	17	1.099,21	2.286,18
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	20.655,71	15.415,37
Tributos a Recolher	20	172,20	253,19
Provisão para Litígios	23	-	-
Patrimônio Líquido	24	46.338,04	38.715,88
Capital Social		254,63	253,89
Reservas de Sobras		41.489,42	34.246,81
Sobras à Disposição da Assembleia		4.593,99	4.215,18
TOTAL DO PASSIVO		86.179,83	68.697,68

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2025	2024
Ingresso e Receita Operacional	25	82.814,30	75.661,04
Fornecimento de Energia Elétrica		17.204,66	14.511,29
Ingresso e Receita Pela Disponibilidade da Rede Elétrica		36.509,46	34.578,15
Ingresso e Receita de Construção		8.114,81	9.403,49
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		20.985,37	17.168,11
(-) Deduções do Ingresso e Receita Operacional	26	18.925,54	15.646,74
(-) Tributos Sobre Ingresso e Receita		10.563,79	9.145,77
ICMS		9.616,88	8.642,12
PIS-PASEP		168,63	89,69
COFINS		778,28	413,96
(-) Encargos do Consumidor		8.361,75	6.500,97
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.367,83	4.887,29
Taxa de Fiscalização de Serv.de Energia Elétrica - TFSEE		70,03	60,84
Outros Encargos		1.923,89	1.552,84
(=) Ingresso e Receita Operacional Líquida	27	63.888,76	60.014,30
(-) Dispêndios e Custos do Serviço de Energia Elétrica	28	48.468,85	47.621,69
(=) Resultado Operacional Bruto		15.419,91	12.392,61
(-) Dispêndios e Despesas Operacionais	28	5.351,64	4.040,39
Dispêndios e Despesas com Vendas		100,64	96,30
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas		4.992,24	3.728,20
Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Líquidas		258,76	215,89
(=) Resultado do Serviço		10.068,27	8.352,22
(+) Resultado Financeiro	29	2.022,96	334,17
Ingressos e Receitas Financeiras		1.422,77	838,47
Dispêndios e Despesas Financeiras		3.445,73	1.172,64
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		8.045,31	8.018,05
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	30	305,33	371,99
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	30	118,56	142,55
(=) Resultado Líquido do Exercício		7.621,42	7.503,51

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	7.621	7.504
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	7.621	7.504

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reservas de Sobras			Reserva de Resultados a Realizar	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria			
Saldo em 31/12/2023	252,96	4.922,08	4.943,88	17.263,39	-	3.829,13	31.211,44
<u>Aumento de Capital:</u>							
- Por Integralização de Quotas	0,93	-	-	-	-	-	0,93
<u>Destinação do Resultado - AGO</u>							
- Aumento de Reservas	-	-	-	3.829,13	-	- 3.829,13	-
<u>Aumento de Reservas</u>							
- Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	-	-	-
<u>Realização de Reservas</u>							
Por Disposição Estatutária	-	-	177,77	813,42	-	991,19	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	7.503,51	7.503,51
Destinações Estatutárias	-	644,80	1.377,93	2.256,79	-	- 4.279,52	-
Saldo em 31/12/2024	253,89	5.566,88	6.144,04	22.535,89	-	4.215,18	38.715,88
<u>Aumento de Capital:</u>							
- Por Integralização de Quotas	0,74	-	-	-	-	-	0,74
<u>Destinação do Resultado - AGO</u>							
- Aumento de Reservas	-	-	-	4.215,18	-	- 4.215,18	-
<u>Aumento de Reservas</u>							
- Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	-	-	-
<u>Realização de Reservas</u>							
Por Disposição Estatutária	-	-	220,82	1.003,17	-	1.223,99	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	7.621,42	7.621,42
Destinações Estatutárias	-	674,00	1.218,43	2.358,99	-	- 4.251,42	-
Saldo em 31/12/2025	254,63	6.240,88	7.141,65	28.106,89	-	4.593,99	46.338,04

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2024
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	7.621,42	7.503,51
Dispêndios/Despesas (Ingressos/ Receitas) que Não Afetam o Caixa:	4.982,38	1.796,17
Depreciação e Amortização	1.806,73	1.438,28
Baixas do Intangível em Serviço	699,86	523,12
Provisões no Passivo Não Circulante	2.475,79	-
Variações no Ativo	- 5.219,07	- 482,47
Contas a Receber de Clientes	-	892,27
Tributos a Compensar	110,75	493,02
Estoque	17,26	-
Ativo Financeiro	-	294,37
Despesas Pagas Antecipadamente	0,55	7,69
Outros Ativos Circulantes	-	3159,58
Outros Realizáveis	356,99	-
Variações no Passivo	1.099,73	- 269,38
Fornecedores	1.001,27	-
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	171,12	-
Tributos a Recolher	177,28	-
Taxas Regulamentares	249,21	170,61
Passivo Financeiro	-	374,20
Outras Contas a Pagar	400,93	1.060,32
Total das Atividades Operacionais	8.484,46	8.547,83
Atividades de Investimento		
Participações Societárias- Outras Cooperativas	-	-
Aplicações no Intangível	-	23.523,43
Total das Atividades de Investimento	- 23.523,43	- 11.508,15
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.284,46	14.569,14
Aumentos de Capital	0,74	0,93
Total das Atividades de Financiamento	6.285,20	14.570,07
Total dos Efeitos no Caixa	- 8.753,77	11.609,75
Saldo Inicial de Caixa	14.073,29	2.463,54
Saldo Final de Caixa	5.319,52	14.073,29
Varição no Caixa	- 8.753,77	11.609,75

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<u>Ingressos e Receitas</u>	82.393,09	75.300,43
Venda de Energia	53.714,12	49.089,44
Ingresso e Receita de Construção	8.114,81	9.403,49
Prestação de Serviços	405,22	307,88
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outros Resultados Operacionais	20.259,58	16.595,92
<u>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</u>	45.375,75	44.218,32
<u>Insumos Consumidos</u>	45.375,75	44.218,32
Energia Comprada para Revenda	16.737,27	20.198,23
Encargo de Uso de Rede Elétrica	13.755,06	9.626,81
Outros Insumos Adquiridos	1.702,12	910,84
Material e Serviços de Terceiros	5.066,49	4.078,95
Dispêndio e Custo da Construção	8.114,81	9.403,49
<u>(=) Valor Adicionado Bruto</u>	37.017,34	31.082,11
<u>(-) Depreciações e Amortizações</u>	- 1.480,01	- 1.142,50
<u>(=) Valor Adicionado Líquido</u>	35.537,33	29.939,61
<u>(+) Valor Adicionado Transferido</u>	1.422,77	838,47
Ingressos e Receitas Financeiras	1.422,77	838,47
<u>(=) Valor Adicionado a Distribuir</u>	36.960,10	30.778,08
<u>Distribuição do Valor Adicionado:</u>	36.960,10	30.778,08
<u>Pessoal</u>	5.069,53	4.783,57
Remunerações	4.148,11	3.911,34
Encargos Sociais - FGTS	343,13	294,09
Auxílio Alimentação	396,38	351,97
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	181,91	226,17
<u>Governo</u>	20.823,41	17.318,36
Federal	11.134,23	8.625,16
Estadual	9.685,23	8.690,57
Municipal	3,95	2,63
<u>Financiadores</u>	3.445,74	1.172,64
Outros Encargos Financeiros	3.445,74	1.172,64
<u>Cooperados</u>	7.621,42	7.503,51
Sobras Retidas	7.621,42	7.503,51
Valor Adicionado (médio) por Empregado	786,39	654,85

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZEM Distribuição é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a COOPERZEM Distribuição está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2025, a COOPERZEM Distribuição realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2026.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.266, de 28 de agosto de 2018 e assinatura do contrato de permissão em 26 de outubro de 2018.

2.1. Prazo da Permissão – 30 (trinta) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Gravatal, Imaruí, Rio Fortuna, São Bonifácio e São Martinho, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas passem por processos de reajuste e revisão anualmente.

Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.



Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia elétrica, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Estão igualmente de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC, citadas pelas siglas NBC; ITG e; CTG. Observam ainda os preceitos da Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira – A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa – Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber – Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por



mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques – Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios – em conformidade com o Comunicado Técnico – CTG 08, estão presentes os requisitos básicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos ou passivos financeiros com característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

A Cooperativa reconheceu os efeitos temporários representados pelos componentes financeiros da tarifa, registrando os valores em subtítulos específicos, denominados Ativo Financeiro e Passivo Financeiro, em contrapartida de Receita com Demais Ativos e Passivos Financeiros.

4.6. Não Circulante – Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Financeiro Indenizável (Permissão) – Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

4.8. Intangível – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida pelo outorgante para ser utilizada pelo outorgado como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível e a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment – A cooperativa analisa anualmente se há



evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados – Os pagamentos de benefícios como salários, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo – Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável.

4.12. Provisão para Litígios – Os Passivos contingentes são provisionados sempre que a perda for avaliada como provável, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Ingressos e Receitas, Dispêndios e Despesas – A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Ingresso e Receita Não Faturada – Corresponde ao ingresso/receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e ao ingresso/receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Ingresso e Receita de Construção – A cooperativa contabiliza ingressos/receitas e dispêndios/custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) todo ingresso/receita de construção está relacionado com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como dispêndio/custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.



4.15. Tributação do Resultado – A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a ITG 2004 – Entidades Cooperativas, conforme apresentamos na demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 30.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos – A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber de Clientes: apresentados na nota 7;

Ativo Financeiro Líquido: apresentados na nota 10;

Outros Ativos Circulantes: apresentados na nota 12;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 15;



Fornecedores: apresentados na nota 17;

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: apresentado na nota 18.

5.2. Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2025		2024	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo	21.063,80	21.063,80	23.786,87	23.786,87
Caixa e equivalentes de caixa	5.319,52	5.319,52	14.073,29	14.073,29
Contas a receber de clientes	7.689,09	7.689,09	6.404,03	6.404,03
Ativo Financeiro Líquido	2.344,87	2.344,87	1.084,88	1.084,88
Outros Ativos Circulantes	5.710,32	5.710,32	2.224,67	2.224,67
Subvenção e Subsídio Tarifários	1.664,72	1.664,72	1.488,59	1.488,59
Outros Créditos	293,22	293,22	143,28	143,28
Ativo Financeiro Indenizável (Permissão)	3.752,38	3.752,38	592,80	592,80
Passivo	30.677,75	30.677,75	23.392,03	23.392,03
Fornecedores	8.444,60	8.444,60	7.443,33	7.443,33
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	22.233,15	22.233,15	15.948,70	15.948,70

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	-	21.063,80	-	21.063,80
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.319,52	-	5.319,52
Contas a receber de clientes	-	7.689,09	-	7.689,09
Ativo Financeiro Líquido	-	2.344,87	-	2.344,87
Outros Ativos Circulantes	-	5.710,32	-	5.710,32
Subvenção e Subsídio Tarifários	-	1.664,72	-	-
Outros Créditos	-	293,22	-	-
Ativo Financeiro Indenizável (Permissão)	-	3.752,38	-	-
Passivo	-	-	30.677,75	30.677,75
Fornecedores	-	-	8.444,60	8.444,60
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	22.233,15	22.233,15

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: Advém da possibilidade de a cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.



6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Remuneração	2025	2024
Caixa e Bancos			463,07	205,25
Aplicações no Mercado Aberto				
Banco Bradesco S/A	Invest Fácil Bradesco	5% CDI	410,18	70,43
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Empresas RF REF DI L	10,37% aa	96,60	0,09
CREDIVALE	RCD Longo Pós CDI	99% CDI	3.680,14	12.891,15
Banco do Brasil S/A	Renda Fixa BB Rende Fácil	Variável	641,03	293,34
Banco Safra S/A	Fundo SAF Extra Banco	11,1800%	-	606,03
Banco Safra S/A	Renda Fixa	2% CDI	28,50	7,00
			4.856,45	13.868,04
			5.319,52	14.073,29

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias.

7. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, líquido da provisão para perdas prováveis no recebimento dos créditos. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vincendos	Vencidos		Créditos de Liquidação Duvidosa	Total	
		até 90 dias	mais 90 dias		2025	2024
Consumidores						
Residencial	1.064,26	337,62	333,69	- 317,91	1.417,66	1.184,79
Industrial	1.508,52	440,71	846,14	- 488,61	2.306,76	1.935,14
Comercial	284,70	99,87	106,52	- 85,06	406,03	334,30
Rural	915,47	235,58	198,52	- 67,09	1.282,48	1.146,22
Poder Público	47,84	1,08	28,97	- 25,15	52,74	50,68
Iluminação Pública	98,82	1,69	34,66	- 34,66	100,51	74,68
Serviços Públicos	18,91	0,10	0,13	- 0,13	19,01	14,09
Renda Não Faturada	1.432,45	-	-	-	1.432,45	1.379,39
Serviços Taxados/Outros	811,34	-	-	- 139,89	671,45	284,74
	6.182,31	1.116,65	1.548,63	- 1.158,50	7.689,09	6.404,03

Os valores a receber de não associados contidos na tabela acima era de R\$ 664,07 mil no encerramento do exercício de 2025.

8. Tributos a Compensar

	2025	2024
Ativo Circulante		
Imposto de Renda	2,54	18,81
Contribuição Social	-	20,66
ICMS a Recuperar	62,34	127,22
	64,88	166,69
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	58,45	67,39
	58,45	67,39



8.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a infraestrutura de prestação do serviço da cooperativa (Ativo Permanente - CIAP), instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

9. Estoque

	2025	2024
Almoxarifado Operacional		
Materiais para Reposição	30,52	47,25
Resíduos e Sucata	1,00	1,54
	31,52	48,79

10. Ativo e Passivo Financeiro – Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos/dispêndios não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos/dispêndios integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que o ingresso/receita correspondente é faturado aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.



	2025	2024
Ativo Financeiro		
Neutralidade da Tarifa		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	10,07	-
CDE - Neutralidade	847,90	263,01
PROINFA - Neutralidade	119,89	27,07
IF - CUSD Energia	161,07	122,84
ESS e EER	110,85	59,47
Bandeira Tarifária	48,19	-
<u>Em Amortização</u>		
IF - CUSD Energia	210,61	209,11
	1.508,58	681,50
Outros Ativos Financeiros		
Outros Ativos Financeiros - Em Constituição	-	-
Outros Ativos Financeiros - Em Amortização	836,29	403,38
	836,29	403,38
	2.344,87	1.084,88
Passivo Financeiro		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	1,81
CDE - Neutralidade	-	-
PROINFA - Neutralidade	-	-
Retenção Bandeiras Tarifárias	-	185,89
ESS e EER	-	-
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	1,77	7,38
CDE - Neutralidade	183,18	690,81
PROINFA - Neutralidade	21,85	95,12
Ressarcimento PeD	-	-
ESS e EER	2,76	128,63
	209,56	1.109,64

11. Despesas Pagas Antecipadamente – Dispêndios/Despesas Antecipadas

As despesas/dispêndios antecipadas referem-se aos gastos com prêmios de seguro pagos antecipadamente, tendo como cobertura o edifício sede da cooperativa e frota de veículo, conforme nota 33.



12. Outros Ativos Circulantes

	2025	2024
Empregados	11,02	19,17
Adiantamento a Fornecedores	1.399,88	2.147,50
PROINFA - Antecipação	77,38	62,88
Uso Mútuo de Postes	215,85	80,39
Serviços em Curso	175,04	249,95
Subvenção CDE	1.664,72	1.488,60
	3.543,89	4.048,49

13. Outros Ativos não Circulantes

13.1. Crédito junto a COOPERZEM Geração

A COOPERZEM Geração é uma cooperativa criada a partir do desmembramento da atividade de geração de energia elétrica, originalmente integrada à atividade de distribuição de energia elétrica, cujo evento de desmembramento ocorreu no ano de 2009. A área de atuação para fins de admissão de associado é a mesma da COOPERZEM Distribuição, havendo coincidência entre os quadros de associados de ambas as cooperativas.

No encerramento do exercício de 2024 a COOPERZEM Distribuição possuía um crédito junto a COOPERZEM Geração, decorrente de aportes de recursos para viabilizar a conclusão de um investimento em geração de energia elétrica, denominado PCH (CGH) Volta Grande, cuja obra foi encerrada em dezembro de 2016, com o início da geração de energia elétrica.

Os aportes foram necessários devido ao atraso na conclusão da construção da referida CGH e ao esgotamento das fontes de recurso em instituições financeiras para tal. Esperava-se a pronta devolução dos recursos a partir da entrada em funcionamento da unidade geradora de energia elétrica, o que não se materializou devido a conjuntura de contratação de venda da energia gerada e de outros endividamentos da COOPERZEM Geração.

O saldo a receber foi objeto de negociação contratual entre as cooperativas sendo estabelecido o prazo de amortização de 30 anos com carência de 5 anos e juros de 0,25% ao mês. No exercício de 2022 o saldo foi reclassificado para o subgrupo 1220 – Bens e Atividades Não Vinculadas a Concessão, levando-se em consideração o fato da operação ter origem antes da contratação da permissão.

	2025	2024
COOPERZEM Geração	14.758,96	14.611,35



14. Participações Societárias Permanentes

	Participação	Valor	
		2025	2024
Participações Societárias - Avaliados pelo Custo			
CREDIVALE - SICOOB	0%	40,22	40,22
CRESOL - Santo Amaro	0%	0,73	0,73
CRESOL - Armazém	0%	0,23	0,23
		41,18	41,18

15. Ativo Financeiro Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 007/2018, de 26 de outubro de 2018, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.



A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro Indenizável	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		461,50
Transferência para Ativo Financeiro		131,30
Saldo em 31 de dezembro de 2024		592,80
Transferência para Ativo Financeiro		3.159,58
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.752,38

	2025	2024
Ativo Intangível - Permissão	48.562,30	27.545,45
Soma do Intangível	48.562,30	27.545,45
Ativo Financeiro Indenizável	3.752,38	592,80
Soma do Financeiro	3.752,38	592,80

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf. Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.889,79	- 8.573,01	19.316,78	- 461,50	856,57	19.711,85
Direito de uso da permissão	39.339,09	- 10.204,10	29.134,99	- 592,80	- 996,74	27.545,45
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.339,09	- 10.204,10	29.134,99	- 592,80	- 996,74	27.545,45
Direito de uso da permissão	65.432,68	- 10.806,68	54.626,00	- 3.752,38	- 2.311,32	48.562,30
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.432,68	- 10.806,68	54.626,00	- 3.752,38	- 2.311,32	48.562,30

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela COOPERZEM Distribuição, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

A amortização das obrigações especiais é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos



correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

17. Fornecedores

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de Energia Elétrica		
Fornecedores de Energia Elétrica	4.209,35	3.626,10
Encargo de Uso do Sistema	-	322,93
Materiais e Serviços	4.209,35	3.949,03
Material	1.861,99	1.049,67
Serviço	1.274,05	158,45
	3.136,04	1.208,12
	7.345,39	5.157,15
Não Circulante		
Suprimento de Energia Elétrica		
Fornecedores de Energia Elétrica	1.099,21	2.286,18

18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os saldos dos empréstimos referem-se à modalidade de Empréstimos Bancários conforme detalhamento das contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Os saldos dos financiamentos referem-se à modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica. As garantias estão representadas por recebíveis por meio de reserva de meios de pagamento.

Contas	Modalidade	Encargos	Vencimento	Total	
				2025	2024
a) Circulante					
Sicoob Credivale - CCB - 976771	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2039	1.071,16	89,29
Sicoob Credivale - CCB - 1152202	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2040	125,00	-
Banco VW - CCB - 009.745.815	Célula de Crédito	0,97% a. m.	22/07/2026	45,32	71,11
Banco VW - CCB - 009.745.828	Célula de Crédito	0,97% a. m.	30/07/2026	51,23	70,01
Banco VW - CCB - 010.121.566	Célula de Crédito	0,99% a. m.	08/07/2025	-	35,03
Arrendamento Mercantil - Patrimônio	Arrendamento Patrimonial	0,50% a. m.	31/05/2027	284,74	267,89
				1.577,44	533,32
b) Não Circulante					
Sicoob Credivale - CCB - 976771	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2039	13.657,34	14.910,71
Sicoob Credivale - CCB - 1152202	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2040	6.875,00	-
Banco VW - CCB - 009.745.815	Célula de Crédito	0,97% a. m.	22/07/2026	-	45,32
Banco VW - CCB - 009.745.828	Célula de Crédito	0,97% a. m.	30/07/2026	-	51,23
Arrendamento Mercantil - Patrimônio	Arrendamento Patrimonial	0,50% a. m.	31/05/2027	123,38	408,12
				20.655,71	15.415,37

18.1. Arrendamento Mercantil Patrimonial

A operação de arrendamento patrimonial refere-se ao serviço de uso da infraestrutura da administração central da cooperativa, registrada em conformidade com a NBC TG 06(R3).



19. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	2025	2024
Folha de Pagamento Líquida	143,03	106,56
Provisões Trabalhistas		
Férias	503,50	410,04
Encargos Sociais Sobre Férias	221,97	180,77
	725,47	590,81
	868,50	697,37

20. Tributos a Recolher

	2025	2024
Passivo Circulante		
Imposto de Renda	11,04	48,19
Contribuição Social	7,00	18,12
PIS - Faturamento	14,88	9,10
COFINS - Faturamento	121,33	90,38
ICMS a Recolher	886,70	716,60
INSS a Recolher	125,92	96,83
FGTS a Pagar	41,71	34,65
PIS - Folha de Pagamentos	3,39	2,82
Imposto de Renda Retido na Fonte	0,45	0,34
Contribuição Social na Fonte	1,42	1,10
Outros Tributos a Recolher	64,98	2,43
	1.278,82	1.020,56
Passivo Não Circulante		
ICMS a Recolher	55,57	96,72
PIS/COFINS - Faturamento	116,63	156,47
	172,20	253,19

20.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 30.

21. Taxas Regulamentares

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	650,02	490,86
Taxa de Fiscalização - TFSEE	6,56	5,59
Demais Encargos Setoriais	219,27	130,18
	875,85	626,63



22. Outros Passivos Circulantes

	2025	2024
Passivo Circulante		
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Consumidores	2.439,23	2.079,68
Convênios de Arrecadação	403,43	362,05
	2.842,66	2.441,73

23. Provisão para Litígios

Comarca	Número do Processo	Classe do Processo	Valor da Causa	Prognóstico de Perda	Depósito Judicial	Provisão Contábil
Santo Amaro da Imperatriz - SC	5003616-72.2023.8.24.0057	Ação de Usucapião	380,00	Remota	Não	Não
Armazém - SC	5001150-56.2024.8.24.0159	Ação de Indenização	5,47	Possível	Não	Não
		Soma	385,47			
Armazém - SC	5001094-86.2025.8.24.0159	Ação de Reclassificação Tarifária	653,82	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5000604-64.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	19,18	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5001433-45.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	34,81	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5001944-43.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	3,42	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002586-50.2024.8.24.0159	Ação de Regresso	8,54	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002617-36.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	14,87	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002401-12.2024.8.24.0159	Ação de Regresso	11,50	Provável	Não	Sim
Brasília - DF	1100066-48.2024.4.01.3400	Mandado de Segurança Cível	2.170,31	Provável	Não	Sim
		Soma	2.916,45			

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 254,63 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social estava representado por 253,89 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 10.080 associados em 31 de dezembro de 2025, no ano de 2024 eram 9.736 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.



24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2025	2024
Resultado do Exercício	7.621,42	7.503,51
Destinações		
RATES	- 1.218,43	- 1.377,93
Reserva Legal	- 674,00	- 644,80
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	- 2.358,99	- 2.256,79
	- 4.251,42	- 4.279,52
Realização de Reservas		
RATES	222,82	177,77
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.003,17	813,42
	1.225,99	991,19
Sobras a Disposição da AGO	4.595,99	4.215,18



25. Ingresso/Receita Operacional

	2025	2024
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.514,08	3.625,74
Industrial	5.657,13	4.697,66
Comercial, Serviços e Outras Atividades	1.336,68	1.116,08
Rural	4.984,87	4.490,66
Poder Público	288,90	245,30
Iluminação Pública	341,68	266,54
Serviço Público	65,55	51,16
Renda Não Faturada	15,77	18,15
	17.204,66	14.511,29
b) Ingresso e Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	9.578,10	8.639,46
Industrial	12.003,42	11.193,66
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.836,20	2.659,41
Rural	10.577,03	10.700,41
Poder Público	613,00	584,51
Iluminação Pública	725,00	635,13
Serviço Público	139,08	121,90
Renda Não Faturada	37,63	43,67
	36.509,46	34.578,15
c) Ingresso e Receita de Construção	8.114,81	9.403,49
d) Outros Ingressos e Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	685,40	605,99
Doações, Contribuições e Subvenções	18.598,89	15.162,64
Rendas de Prestação de Serviços	405,22	307,88
Outras Receitas	1.295,86	1.091,60
	20.985,37	17.168,11
	82.814,30	75.661,04

26. Deduções da Receita/Ingressos

	2025	2024
Tributos Sobre Ingresso e Receita		
COFINS	778,28	413,96
PIS	168,63	89,69
ICMS	9.616,88	8.642,12
	10.563,79	9.145,77
Encargos Setoriais		
CDE	6.367,82	4.887,29
TFSEE - Taxa de Fiscalização	70,03	60,84
Bandeiras Tarifárias	1.923,90	1.552,84
	8.361,75	6.500,97
	18.925,54	15.646,74



27. Ingresso e Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2025					
Fornecimento de Energia Elétrica	17.204,66	- 303,30	- 3.080,29	- 2.678,27	11.142,80
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	36.509,46	- 643,61	- 6.536,59	- 5.683,48	23.645,78
Receita de Construção	8.114,81	-	-	-	8.114,81
Outras Receitas Operacionais	20.985,37	-	-	-	20.985,37
	82.814,30	- 946,91	- 9.616,88	- 8.361,75	63.888,76
Em 2024					
Fornecimento de Energia Elétrica	14.511,29	- 148,88	- 2.554,69	- 1.921,75	9.885,97
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	34.578,15	- 354,77	- 6.087,43	- 4.579,22	23.556,73
Receita de Construção	9.403,49	-	-	-	9.403,49
Outras Receitas Operacionais	17.168,11	-	-	-	17.168,11
	75.661,04	- 503,65	- 8.642,12	- 6.500,97	60.014,30

28. Dispêndios, Custos e Despesas e Despesas Operacionais

	Dispêndios e Custos de Bens e/ou Serviços	Dispêndios e Despesas com Vendas	Dispêndios e Despesas Gerais e Administrat.	Outros Ing./Rec. (Disp./Desp.) Líquidas	Total
Em 2025 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 15.953,67	-	-	-	15.953,67
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	- 783,59	-	-	-	783,59
Encargo de Uso de Rede Elétrica	- 13.755,06	-	-	-	13.755,06
Pessoal e Administradores	- 5.114,49	-	- 1.356,72	-	6.471,21
Material	- 2.018,25	-	- 336,85	-	2.355,10
Serviços de Terceiros	- 816,97	-	- 1.877,94	-	2.694,91
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	- 263,60	-	263,60
Depreciação e Amortização	- 1.443,82	-	- 36,19	-	1.480,01
Dispêndio e Custo de Construção	- 8.114,81	-	-	-	8.114,81
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	- 468,18	- 100,64	- 1.120,95	- 258,76	1.948,53
	- 48.468,84	- 100,64	- 4.992,25	- 258,76	53.820,49
Em 2024 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 19.510,79	-	-	-	19.510,79
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	- 687,44	-	-	-	687,44
Encargo de Uso de Rede Elétrica	- 9.626,81	-	-	-	9.626,81
Pessoal e Administradores	- 4.754,98	-	- 1.134,60	-	5.889,58
Material	- 1.201,96	-	- 127,60	-	1.329,56
Serviços de Terceiros	- 1.138,90	-	- 1.597,56	-	2.736,46
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	- 258,51	-	258,51
Depreciação e Amortização	- 1.105,70	-	- 36,80	-	1.142,50
Dispêndio e Custo de Construção	- 9.403,49	-	-	-	9.403,49
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	- 191,62	- 96,30	- 573,13	- 215,89	1.076,94
	- 47.621,69	- 96,30	- 3.728,20	- 215,89	51.662,08

28.1. Dispêndio/Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita/ingresso correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.



29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2025	2024
(-) Ingressos e Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	838,77	303,59
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	422,92	314,75
Outros Ingressos e Receitas Financeiras	161,09	220,13
	1.422,78	838,47
Dispêndios e Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	198,76	237,02
Juros e Demais Encargos Financeiros	3.246,98	897,10
Outros Dispêndios e Despesas Financeiras	-	38,52
	3.445,74	1.172,64
	- 2.022,96	- 334,17

30. IRPJ e CSLL - Demonstração de Resultado para Efeito Tributário

Contas	Resultado		Soma	Total
	Não Tributável	Tributável		
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	6.739,99	881,43	7.621,41	7.621,41
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	305,33	305,33	305,33
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	118,56	118,56	118,56
Resultado Líquido do Exercício - 2024	6.739,99	1.305,32	8.045,30	8.045,30
Resultado Líquido do Exercício - 2023	6.447,98	1.055,53	7.503,51	7.503,51

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

31.2. Áreas Geográficas – Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Gravatal, Rio Fortuna, São Bonifácio e São Martinho, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Principais Clientes – As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2025 chegaram a perfazer um montante de R\$ 2.888 mil, representando 3,49% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido a igualdade



de direito entre os associados nas deliberações sociais das sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal Chave da Administração						
Presidência e conselhos	-	-	521,43	-	-	482,30
Encargos sociais	-	2,98	64,51	-	8,50	59,49
	-	2,98	585,94	-	8,50	541,79

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos e prédio seda da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição	Vigência	Valor Prêmio	Valor Danos Segurados	
			Materiais	Pessoais
Frota - Veículos Pesados e Passeio	07/05/2026	35,70	3.636,13	2.800,00
Predio e Conteúdo (Escritório Sede)	02/04/2026	3,81	2.165,00	-
Seguro Vida	05/05/2026	12,71	-	4.800,00
		52,22	5.801,13	7.600,00

A cooperativa possui ainda seguro de vida com cobertura acidental no caso de morte e invalidez permanente para todos os funcionários.

34. Contingências

34.1. Litígio Fiscal Tributário – ICMS Sobre TUSD

Com o advento da Medida Provisória nº 255, de 29 de junho de 2022, adotada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, versando sobre a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, entre outros temas tributários e, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, houve entendimento claro sobre a não incidência do ICMS sobre a TUSD. Mesmo diante da clareza de entendimento, a Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC enviou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando esclarecimento específico sobre o tema, obtendo resposta considerada afirmativa sobre a não incidência do tributo sobre a TUSD.

Diante das normas e entendimentos acima a cooperativa passou a não tributar a TUSD sobre o faturamento, aplicando o procedimento para as competências correspondentes ao período de setembro a dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 um dos representantes dos auditores fiscais do Grupo Setorial Energia Elétrica – GESENE manifestou-se diretamente ao superintendente da FECOERUSC nos seguintes termos:



Por ora, a SEF/SC não irá implementar a não incidência sobre os serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais fixada pela LC 194/2022, pois aguarda negociações que estão sendo conduzidas no STF, bem como, o desenlace da ADI 7195 que será julgada no mesmo tribunal.

Ante a manifestação da autoridade de fiscalização a cooperativa alterou novamente o procedimento tributário, retornando à tributação da TUSD pela incidência do ICMS.

Para os valores cujo período de faturamento o tributo não foi cobrado, a cooperativa estimou o montante de R\$ 981 mil e espera negociar o perdão ou o parcelamento da dívida junto a autoridade tributária.

35. Lei Geral De Proteção De Dados – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD ou LGPDP), Lei nº 13.709/2018, é a lei brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet.

A LGPD cria um conjunto de novos conceitos jurídicos, estabelecendo condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados, define um conjunto de direitos para os titulares dos dados, gera obrigações específicas para os controladores dos dados e cria uma série de procedimentos e normas para que haja maior cuidado com o tratamento de dados pessoais e compartilhamento com terceiros.

Atenta a esta realidade, a Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica vem desenvolvendo a implantação de procedimentos de proteção de dados de consumidores, fornecedores, cooperados, colaboradores e entidades gerais que relacionam-se com a Cooperativa, já tendo realizado as fases iniciais de implantação como reuniões com colaboradores em conjunto com a assessoria jurídica, e as adequações pertinentes estão sendo realizadas no decorrer do período.

36. Da Continuidade

A administração julga que a Cooperativa possui capacidade de continuar em operação em futuro previsível, baseada nos indicadores e metas avaliados com frequência no seu planejamento estratégico.

37. Outras Informações

37.1. Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,135 milhões de reais e de R\$ 988,67 mil reais em 31 de dezembro de 2024.

37.2. Subvenção CDE – Baixa Densidade de Carga



Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar a reduzida densidade de carga do mercado da COOPERZEM Distribuição, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 3º, da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 520 mil reais e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 494 mil reais.

37.3. Reajuste Tarifário

Para fins do reajuste tarifário de 2025 e em conformidade com a metodologia PRORET 8.4 a COOPERZEM Distribuição solicitou os valores de Parcela B por meio de correspondência fundamentada enviada à ANEEL.

A receita requerida para o processo da COOPERZEM Distribuição, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2025, resultou em R\$ 55.446.053,93. Deste total, 62,13% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 34.446.053,93 e à parcela B, correspondendo a 37,87%, o valor de R\$ 21.000.000,00.

37.3.1. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da COOPERZEM Distribuição, constantes da Resolução Homologatória nº 3.529, de 23 de setembro de 2025, ficaram, em média, reajustadas em 17,88%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2025 a 29 de setembro de 2026, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.529 de 23 de setembro de 2025.

37.4. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

37.5. Crédito Presumido de ICMS – Conforme a Lei nº 18.847, de 2024, as cooperativas e concessionárias de energia elétrica passaram a ter direito à apropriação de crédito presumido de ICMS correspondente a 20% do imposto devido, vinculado à realização de investimentos em programas de expansão ou implantação de redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. O benefício foi deferido à COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO por meio do Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) nº 245000003877658, aprovado em 18 de dezembro de 2024, com prazo de vigência até 30 de novembro de 2027. O enquadramento foi formalizado por meio do Termo de Compromisso nº 09/2025 celebrado entre Estado de Santa Catarina e a Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na edição 22574 em 12 de agosto de 2025, que concedeu a liberação do benefício para apropriação no montante de R\$ 2.627.034,59 (dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), referente às obras especificadas processo SEF 17280/2024, para que a Beneficiária possa usufruir do crédito presumido autorizado no Tratamento Tributário Diferenciado/TTD nº 1091, concessão nº 245000003877658. A cooperativa apropriou no exercício de 2025 o valor de R\$ 1.516.228,50 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) do benefício autorizado, restando para os exercícios seguintes o valor de R\$ 1.110.806,09 (um milhão, cento e dez mil, oitocentos e seis reais e nove centavos).



37.6. ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão – A COOPERZEM Distribuição elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução Normativa ANEEL n.º 933/2021, foi também elaborado as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhamento à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022 e foram observadas pela COOPERZEM Distribuição a partir do referido período.

38. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação (15/01/2026) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Armazém, 31 de dezembro de 2025.

Marcelino Gabriel Heerd
Presidente
687.961.539-20

Márcio Rodrigues
Contador
CRC - SC 024.440/O – 0



3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Em cumprimento às determinações estatutárias com o mandato que nos foi conferido, declaramos que procedemos um minucioso exame dos documentos, estado de caixa, contas bancárias, contabilidade, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica relativos ao exercício de 2025.

Com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica, e tendo encontrado tudo em ordem conforme determina o estatuto social, e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária estamos emitindo o PARECER FAVORÁVEL no sentido de que sejam aprovadas pela Assembléia Geral as contas do ano de 2025 por estar tudo em perfeita ordem.

Encaminhe-se o presente parecer a Assembleia Geral Ordinária para apreciação.

Armazém-SC em 27 de fevereiro de 2026



Ricardo de Souza Carvalho




André Otávio Exterkoetter Laurindo



Anselmo Machado da Rosa



Edson Lóffi Feuser



José Fortunato Spindola



Wilson Newton Schmitz



4 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO

Armazém – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 06 de março de 2026.

HERMENEGILDO

JOAO

VANONI:2960104595

3

Assinado de forma digital
por HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2026.03.13 10:22:27
-03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável
Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



5 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE REGULATÓRIA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica - COOPERZEM Distribuição para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A COOPERZEM Distribuição atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 62 anos de existência.

Em 2025, o bom desempenho da economia na área da concessão, resultou em um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica com um incremento de 3,41% em relação a 2024.

Distribuição

A COOPERZEM Distribuição distribui energia elétrica em seis dos 295 municípios do Estado, dos quais, três são parcialmente atendidos pela cooperativa, representando aproximadamente 0,01% dos consumidores do Estado de Santa Catarina.

Ligação de consumidores – o exercício de 2025 encerrou com decréscimo de 103 unidades consumidoras, representando uma diminuição de 1,12% quando comparado com a posição no encerramento do exercício de 2024.



Número de Consumidores

Consumidores	2025	2024
Residencial	5.873	5.756
Industrial	157	167
Comercial	560	595
Rural	2.347	2.527
Poderes Públicos	124	121
Iluminação Pública	6	6
Serviço Público	17	15
Total	9.084	9.187
Varição	-1,12%	1,13%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia elétrica realizada pela COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de 73 GWh (70 GWh em 2024). O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o rural, a classe representa 27,83% da energia distribuída.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

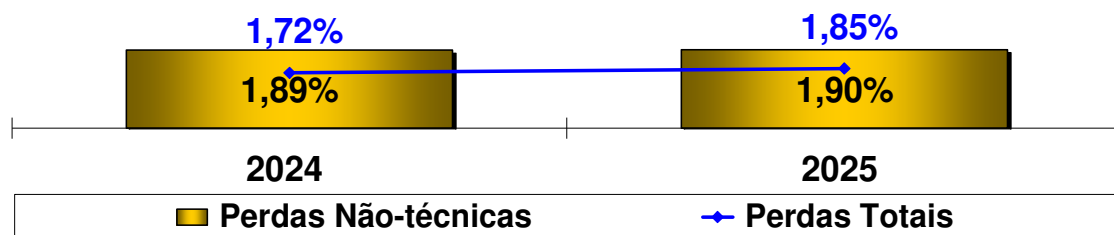
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Energia Faturada	53,15	54,82	62,14	70,61	73,02
Fornecimento	53,15	54,82	62,14	70,61	73,02
Residencial	11,94	12,23	13,29	15,36	16,58
Industrial	17,43	18,23	22,94	26,53	28,01
Comercial	3,98	4,26	4,47	4,67	5,02
Rural	17,12	17,38	18,66	21,04	20,32
Poderes Públicos	0,70	0,80	0,84	1,04	1,03
Iluminação Pública	1,83	1,75	1,75	1,76	1,84
Serviço Público	0,17	0,17	0,19	0,21	0,22
Suprimento p/ Agentes de Distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	53,15	54,82	62,14	70,61	73,02
Varição	9,94%	3,13%	13,36%	13,63%	3,41%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma diminuição relevante em comparação com o exercício anterior, reflexo dos investimentos na modernização e constante manutenção das redes de distribuição.

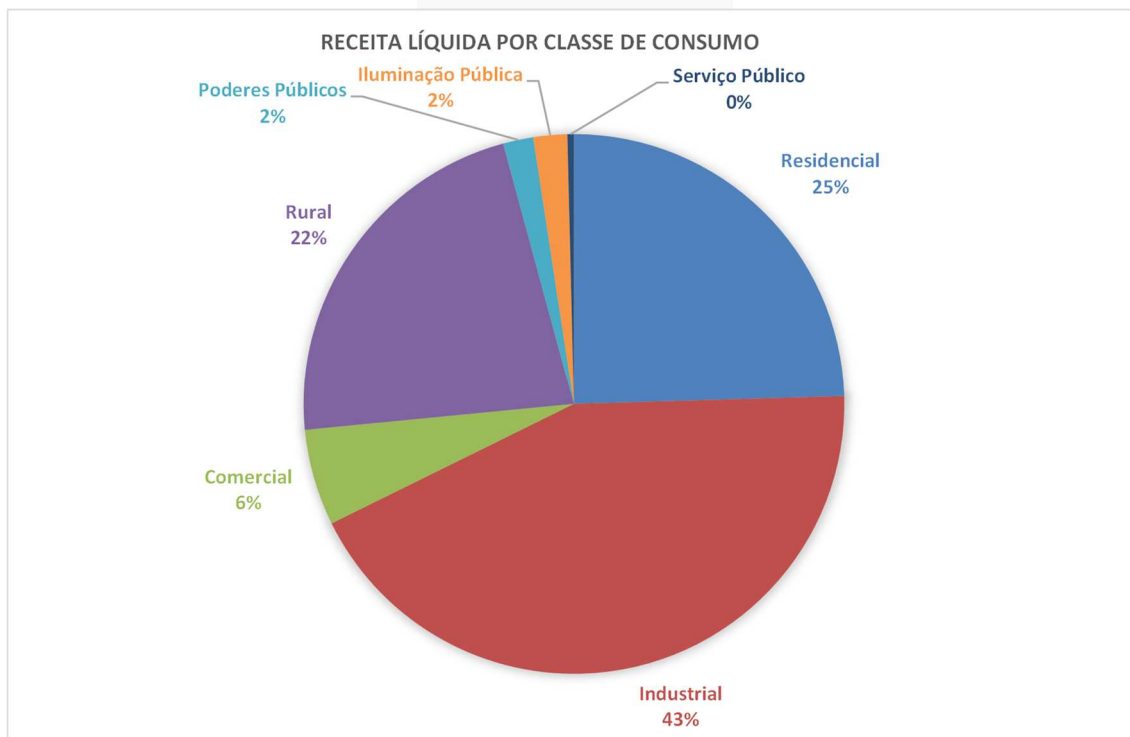
Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2024	2025
Venda de Energia	70,61	73,02
- Fornecimento	70,61	73,02
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-
Mercado Atendido	70,61	73,02
Perdas na Rede Básica		
Perdas na Distribuição	1,24	1,38
Perdas Técnicas	(0,12)	(0,03)
Perdas não Técnicas - PNT	1,36	1,41
PNT / Energia Requerida %	1,89%	1,90%
Perdas Totais - PT	1,24	1,38
PT / Energia Requerida %	1,72%	1,85%
Total	71,85	74,40



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 41,9 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2025	2024	%
Residencial	10.296,37	9.379,79	24,54%
Industrial	18.109,97	12.981,90	43,16%
Comercial	2.418,04	3.111,18	5,76%
Rural	9.367,64	9.450,80	22,32%
Poderes Públicos	758,24	719,72	1,81%
Iluminação Pública	848,48	739,90	2,02%
Serviço Público	162,78	142,00	0,39%
Total	41.961,52	36.525,29	



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2025 apresentou uma diminuição de 1,12% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2025	2024	%
Residencial	5.873	5.756	2,03%
Industrial	157	167	-5,99%
Comercial	560	595	-5,88%
Rural	2.347	2.527	-7,12%
Poderes Públicos	124	121	2,48%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	17	15	13,33%
Total	9.084	9.187	-1,12%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2025 foi de R\$ 748,44/MWh, sendo 16,89 % superior em relação a de 2024.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
	2025	2024
Residencial	793,80	679,08
Industrial	793,80	679,08
Comercial	793,80	679,08
Rural	793,80	679,08
Poderes Públicos	793,80	679,08
Iluminação pública	476,28	407,45
Serviço Público	793,80	679,08



Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é demonstrada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)
2021	8,78	9,98
2022	21,33	16,40
2023	7,14	8,24
2024	9,32	7,10
2025	5,73	5,16

Atendimento ao consumidor – A COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da informação

A administração da COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cooperzem.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso à informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço informações corporativas e de interesse geral.

Novos negócios e parcerias

A COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO não participa em outros ambientes empresariais e de mercado, atuando exclusivamente na distribuição de energia elétrica.

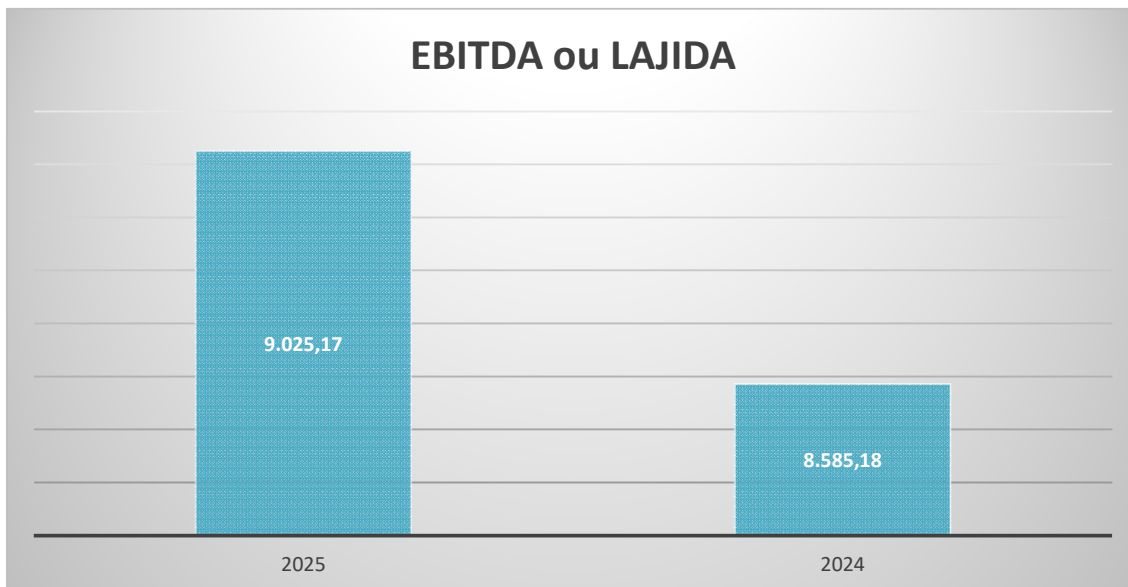
Desempenho econômico-financeiro

Em 2025, o resultado líquido foi de R\$ 6.385,95 e em 2024 de R\$ 6.146,77. A Receita Operacional Líquida – ROL foi de R\$ 55.773,95 em 2025 e em 2024 de R\$ 50.610,81.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em 2025, foi de R\$ 9.025,17, superior em 5,12% em relação ao de 2024, conforme variação abaixo:



Reconciliação do Resultado Operacional		Valores em R\$ mil		
	2025	2024	Varição	
Resultado Operacional	8.832,80	6.995,48	26,26%	
(+/-) Resultado Financeiro	-2.022,96	-334,17	505,37%	
(+) Depreciação e Amortização	2.215,33	1.923,87	15,15%	
EBITDA	9.025,17	8.585,18	5,12%	



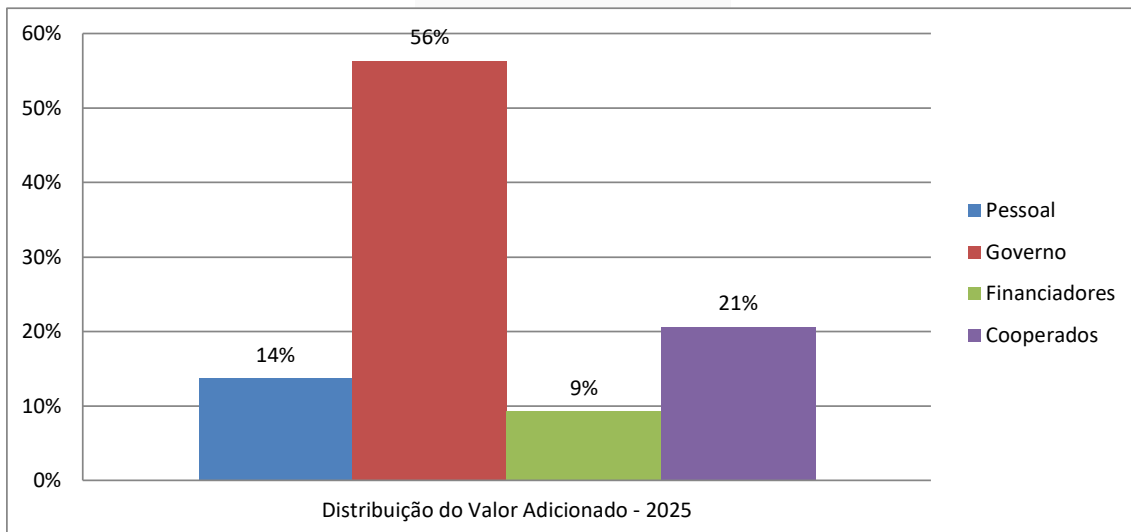
Investimentos: Em 2025 os investimentos estruturais e patrimoniais realizados pela COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO importaram no montante de R\$ 42.924,70 mil, conforme detalhamento a seguir:

Classe	Investimentos em R\$ mil		
	2025	2024	Varição
Obras de Distribuição	42.788,32	14.458,96	195,93%
Veículos	80,85	0,00	100,00%
Equipamento Geral	42,22	48,80	-13,48%
Instalações Gerais	13,31	5,50	142,00%
Total	42.924,70	14.513,26	195,76%

Captações de recursos: Os investimentos de 2025 foram realizados com recursos próprios recursos obtidos junto a instituições financeiras.

Valor adicionado: Em 2025, o valor adicionado gerado como riqueza pela COOPERZEM Distribuição foi de R\$ 36.960,10 (R\$/mil) representando 44,63% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor Adicionado - Em R\$ mil	
	Valor	%
Pessoal	5.069,53	14%
Governo	20.823,41	56%
Financiadores	3.445,74	9%
Cooperados	7.621,42	21%
Total	36.960,10	100%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 254,63 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava representado por 253,89 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 10.080 associados em 31 de dezembro de 2025, no ano de 2024 eram 9.736 associados.

Relações com o mercado: A COOPERZEM Distribuição busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da COOPERZEM Distribuição é atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A COOPERZEM Distribuição pretende ser a melhor empresa nos serviços que presta e reconhecida por seus resultados obtidos, mantendo-se competitiva.

A COOPERZEM Distribuição busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;



- Confiabilidade, junto aquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida.

Gestão

Administração: a cooperativa vem mantendo com uniformidade sua postura administrativa, priorizando o atendimento aos consumidores, de acordo com os padrões mais elevados de qualidade, sempre atenta às novas tecnologias de materiais e serviços bem como de sistemas de atendimento.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2025, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total, renovação da certificação da NBR ISO 9001:2008, coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos e de qualidade no atendimento comercial na distribuição de energia elétrica e tratamento das reclamações dos associados e consumidores, na área de permissão da COOPERZEM Distribuição.

Recursos humanos: Em 2025 a Outorgada manteve programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a Outorgada a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais. Dessa forma, a unidade de treinamento está proporcionando, em associação com instituições de ensino, cursos superiores moldados às necessidades e operações da Outorgada. Convênio firmado com a Federação das cooperativas permite a realização desses cursos nas modernas instalações de ensino daquela Entidade.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, combinado com constantes programas de demissões voluntárias e aposentadorias incentivadas, o quadro de empregados da Outorgada apresenta significativa redução nos últimos anos.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a COOPERZEM Distribuição vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.



Atendimentos	2025	2024	Varição
Número de Consumidores	9.084	9.187	-1,12%
Número de Empregados	47	47	0,00%
Número de Consumidores por Empregado	193	195	-1,12%
Número de Diretores	25	25	0,00%
Número de Municípios Atendidos	6	6	0,00%
Número de Agências	0	0	0,00%
Número de Postos de Atendimento	3	3	0,00%
Número de Postos de Arrecadação	5	5	0,00%
Mercado	2025	2024	Varição
Área de Concessão (Km2)	859	859	0,00%
Demanda Máxima (MWh/h)	23,800	20,400	16,67%
Distribuição Direta (GWh)	73,02	70,6	3,43%
Consumo Residencial Médio (KWh/ano)	2.766	2.321	19,18%
Tarifa Média Fornecimento (R\$ por MWh)	748,44	640,28	16,89%
População Atendida	17.220	16.400	5,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da COOPERZEM Distribuição. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da COOPERZEM Distribuição.

Armazém - SC, 31 de dezembro de 2025.

A Administração



6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2025



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica

CNPJ 78.829.843/0001-92

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2025	2024
Ativo Circulante		19.006,56	25.839,51
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.319,52	14.073,29
Consumidores	4	7.689,09	6.404,03
Serviços em Curso		53,77	184,84
Tributos Compensáveis		64,88	166,69
Almoxarifado Operacional		31,52	48,79
Ativos Regulatórios	6	2.344,87	1.084,88
Despesas Pagas Antecipadamente		12,79	13,34
Outros Ativos Circulantes		3.490,12	3.863,65
Ativo Não Circulante		78.697,99	54.303,78
Tributos Compensáveis		58,45	67,39
Outros Ativos Não Circulantes		14.758,96	14.611,35
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		41,18	41,18
Imobilizado	5	63.839,40	39.583,86
TOTAL DO ATIVO		97.704,55	80.143,29
PASSIVO	NE	2025	2024
Passivo Circulante		17.914,67	12.027,06
Fornecedores		7.345,39	5.157,15
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	1.577,44	533,32
Obrigações Sociais e Trabalhistas		868,50	697,37
Tributos		1.278,82	1.020,56
Provisão para Litígios	9	2.916,45	440,66
Encargos Setoriais		875,85	626,63
Passivos Regulatórios	6	209,56	1.109,64
Outros Passivos Circulantes		2.842,66	2.441,73
Passivo Não Circulante		24.238,44	18.951,48
Fornecedores		1.099,21	2.286,18
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	20.655,71	15.415,37
Tributos		172,20	253,19
Obrigações Vinculadas à Concessão	10	2.311,32	996,74
TOTAL DO PASSIVO		42.153,11	30.978,54
Patrimônio Líquido	11	55.551,44	49.164,75
Capital Social		254,63	253,89
Outros Resultados Abrangentes		10.448,87	10.448,87
Reserva de Sobras		41.489,42	34.246,81
Sobras à Disposição da Assembleia		3.358,52	4.215,18
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.704,55	80.143,29

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica

CNPJ 78.829.843/0001-92

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro

Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2025	2024
Receita Operacional	12	74.699,49	66.257,55
Fornecimento de Energia Elétrica		15.296,29	14.367,30
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		36.509,46	34.578,15
Ativos e Passivos Regulatórios		1.908,37	143,99
Serviços Cobráveis		405,22	307,88
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		18.598,89	15.162,64
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão do Serv. de Energia		1.981,26	1.697,59
(-) Deduções da Receita Operacional		18.925,54	15.646,74
(-) Tributos sobre a Receita		10.563,79	9.145,77
ICMS		9.616,88	8.642,12
PIS-PASEP		168,63	89,69
COFINS		778,28	413,96
(-) Encargos do Consumidor		8.361,75	6.500,97
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		6.367,83	4.887,29
Taxa de Fiscalização de Serv. de Energia Elétrica - TFSEE		70,03	60,84
Outros Encargos		1.923,89	1.552,84
(=) Receita Operacional Líquida		55.773,95	50.610,81
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		30.492,33	29.825,04
Energia Elétrica Comprada para Revenda		16.737,27	20.198,23
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		13.755,06	9.626,81
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		25.281,62	20.785,77
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		16.448,82	13.790,29
Pessoal e Administradores	14	6.471,21	5.889,57
Material		2.355,10	1.329,55
Serviços de Terceiros		2.694,91	2.736,46
Arrendamentos e Aluguéis		280,08	271,45
Seguros		27,73	39,60
Doações, Contribuições e Subvenções		340,01	321,75
Provisões		406,12	231,07
(-) Recuperação de Despesas	-	39,69	39,96
Tributos		72,30	51,08
Depreciação e Amortização		2.215,33	1.923,87
Outros Custos		866,81	244,59
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		758,91	791,26
(=) Resultado do Serviço		8.832,80	6.995,48
(+) Resultado Financeiro	-	2.022,96	334,17
Despesas Financeiras		3.445,73	1.172,64
Receitas Financeiras		1.422,77	838,47
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		6.809,84	6.661,31
Contribuição Social		118,56	142,55
Imposto de Renda		305,33	371,99
(=) Resultado Líquido do Exercício		6.385,95	6.146,77

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica
CNPJ 78.829.843/0001-92
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
			Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2023	252,96	11.805,61	4.922,08	4.943,88	17.263,39	3.829,13	43.017,05
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	0,93	-	-	-	-	-	0,93
Destinação do Resultado - AGO							
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	3.829,13	- 3.829,13	-
Reversão de Reservas	-	1.356,74	-	177,77	813,42	2.347,93	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.146,77	6.146,77
- Destinações Estatutárias	-	-	644,80	1.377,93	2.256,79	- 4.279,52	-
Saldo em 31/12/2024	253,89	10.448,87	5.566,88	6.144,04	22.535,89	4.215,18	49.164,75
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	0,74	-	-	-	-	-	0,74
Destinação do Resultado - AGO							
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	4.215,18	- 4.215,18	-
Reversão de Reservas	-	-	-	220,82	1.003,17	1.223,99	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.385,95	6.385,95
- Destinações Estatutárias	-	-	674,00	1.218,43	2.358,99	- 4.251,42	-
Saldo em 31/12/2025	254,63	10.448,87	6.240,88	7.141,65	28.106,89	3.358,52	55.551,44

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica

CNPJ 78.829.843/0001-92

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	6.385,95	6.146,77
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	6.270,39	3.152,92
Depreciação e Amortização	2.595,53	2.222,47
Baixas do Imobilizado	1.199,07	1.095,67
Provisões no Exigível a Longo Prazo	2.475,79	-
	-	165,22
Variações no Ativo	- 2.059,49	- 351,16
Consumidores	-	1.285,06
Serviços em Curso	131,07	-
Tributos Compensáveis	110,75	-
Almoxarifado Operacional	17,27	-
Ativos Regulatórios	-	1.259,99
Despesas Pagas Antecipadamente	0,55	-
Outros Realizáveis	225,92	-
	-	892,27
	-	53,65
	-	493,02
	-	20,62
	-	294,37
	-	7,69
	-	179,70
Variações no Passivo	2.414,32	- 129,24
Fornecedores	1.001,27	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	171,13	-
Tributos	177,27	-
Encargos Setoriais	249,22	-
Passivos Regulatórios	-	900,08
Obrigações Vinculadas a Concessão	1.314,58	-
Outros Passivos	400,93	-
	-	494,17
	-	155,52
	-	476,43
	-	170,60
	-	374,21
	-	140,17
	-	1.060,32
Total das Atividades Operacionais	13.011,17	8.819,29
Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	-	28.050,14
	-	11.779,61
Total das Atividades de Investimento	- 28.050,14	- 11.779,61
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.284,46	-
Aumentos de Capital	0,74	-
	-	14.569,14
	-	0,93
Total das Atividades de Financiamento	6.285,20	14.570,07
Total dos Efeitos no Caixa	- 8.753,77	11.609,75
Saldo Inicial de Caixa	14.073,29	-
Saldo Final de Caixa	5.319,52	-
	-	2.463,54
	-	14.073,29
Variação no Caixa	- 8.753,77	11.609,75

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela COOPERZEM Distribuição é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e Distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa.

A outorgada está autorizada a requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, Distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de Distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da COOPERZEM Distribuição. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis, para fins Regulatórios, especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação de algumas normas contábeis societárias distintas das normas regulatórias. Estas divergências estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas neste relatório, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão de acordo com o que estabelece o Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (permissão).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso: o custo compreende o preço dos itens adquiridos acrescido dos demais custos necessários a sua entrada em operação. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, até o momento que antecede a entrada em funcionamento do ativo.

3.3. Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.



3.4. Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5. Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2019, com base em Laudo de Reavaliação para fins de definição das tarifas iniciais, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de enquadramento da cooperativa como permissionária de serviço público de energia elétrica.

3.6. Reconhecimento de receita: A receita operacional no curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de Distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.7. Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas, havendo coincidência entre a estrutura e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2025	Total 2024		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias					
Fornecimento de Energia	6.586,88	-	184,81	387,36	88,83	920,49	-	1.037,15	679,20	-	-	-	-	121,33	7.689,09	6.404,03
Residencial	1.395,82	-	22,07	48,28	41,55	227,85	-	317,91	117,17	-	-	-	-	38,84	1.495,99	1.239,38
Industrial	1.942,63	-	112,71	251,42	-	488,61	-	488,61	328,94	-	-	-	-	64,22	2.571,48	1.997,64
Comercial	375,97	-	17,87	13,93	6,32	77,00	-	85,05	70,70	-	-	-	-	12,19	464,55	375,06
Rural	1.139,45	-	32,08	73,06	37,89	67,09	-	67,09	162,39	-	-	-	-	5,59	1.439,28	1.177,71
Poderes Públicos	48,92	-	0,08	0,67	3,07	25,15	-	25,15	-	-	-	-	-	0,49	52,25	50,19
Iluminação Pública	100,51	-	-	-	-	34,66	-	34,66	-	-	-	-	-	-	100,51	74,68
Serviço Público	19,01	-	-	-	-	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	19,01	14,09
Serviço Taxado e Outos	132,12	-	-	-	-	-	-	18,55	-	-	-	-	-	-	113,57	95,90
Fornecimento Não Faturado	1.432,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.432,45	1.379,38
Total	6.586,88	-	184,81	387,36	88,83	920,49	-	1.037,15	679,20	-	-	-	-	121,33	7.689,09	6.404,03

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública, vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2025 não houve realização da provisão motivada pelo esgotamento das alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	49.897,75	214,03	- 2.004,24	12.283,01	-	60.390,55	10.492,80	- 24.579,79	35.810,76	26.814,48	2.466,89	155,57	2.311,32
Terrenos	420,10	-	-	784,04	-	1.204,14	784,04	-	1.204,14	420,10	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	88,15	-	-	214,03	-	302,18	214,03	- 70,86	231,32	27,21	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	46.634,89	214,03	- 2.004,24	11.204,09	-	56.048,77	9.413,88	- 22.576,59	33.472,18	25.211,89	2.466,89	155,57	2.311,32
Veículos	2.694,18	-	-	80,85	-	2.775,03	80,85	- 1.885,42	889,61	1.135,97	-	-	-
Móveis e Utensílios	60,43	-	-	-	-	60,43	-	- 46,92	13,51	19,31	-	-	-
Administração	1.715,76	-	-	13,31	-	1.729,07	13,31	- 1.194,82	534,25	814,80	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.282,51	-	-	-	-	1.282,51	-	- 919,13	363,38	619,88	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	218,21	-	-	13,31	-	231,52	13,31	- 187,00	44,52	41,06	-	-	-
Veículos	175,00	-	-	-	-	175,00	-	- 66,69	108,31	133,32	-	-	-
Móveis e Utensílios	40,04	-	-	-	-	40,04	-	- 22,00	18,04	20,54	-	-	-
Subtotal	51.613,51	214,03	- 2.004,24	12.296,32	-	62.119,62	10.506,11	- 25.774,61	36.345,01	27.629,28	2.466,89	155,57	2.311,32
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	11.954,58	27.822,80	-	- 12.282,99	-	27.494,39	15.539,81	-	27.494,39	11.954,58	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7.346,34	883,93	-	- 3.373,12	-	4.857,15	- 2.489,19	-	4.857,15	7.346,34	-	-	-
Outros	4.608,24	26.938,87	-	- 8.909,87	-	22.637,24	18.029,00	-	22.637,24	4.608,24	-	-	-
Subtotal	11.954,58	27.822,80	-	- 12.282,99	-	27.494,39	15.539,81	-	27.494,39	11.954,58	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	63.568,09	28.036,83	- 2.004,24	13,33	-	89.614,01	26.045,92	- 25.774,61	63.839,40	39.583,86	2.466,89	155,57	2.311,32

5.2. A composição dos saldos do ativo imobilizado é como segue:

	2025			2024	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição		60.390,56	- 24.579,79	35.810,77	26.814,48
Custo Histórico	4,98	37.172,94	- 10.570,33	26.602,61	3.423,92
Reavaliação	3,27	23.217,62	- 14.009,46	9.208,16	23.390,56
Administração		1.729,06	- 1.194,82	534,24	814,80
Custo Histórico	18,91	1.684,47	- 1.155,48	528,99	771,44
Reavaliação	2,69	44,59	- 39,34	5,25	43,36
Em curso		27.494,39		27.494,39	11.954,58
Distribuição		27.494,39	-	27.494,39	11.954,58

5.3. A composição do intangível

A cooperativa não possui custos aplicados ao intangível regulatório.

5.4. A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	46.634,89	11.204,07	- 1.790,19	-	22.932,60	56.048,77	9.413,88
Transformador de Distribuição	8.469,47	1.516,09	- 617,18	-	1.266,24	9.368,38	898,91
Medidor	2.147,90	157,41	- 21,54	-	42,37	2.283,77	135,87
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	13.249,85	1.971,02	- 1.068,94	-	6.351,19	14.151,93	902,08
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.108,16	-	- 7,71	-	3.519,38	5.100,45	- 7,71
Redes Alta Tensão (69 kV)	190,58	10,30	-	-	125,81	200,88	10,30
Demais Máquinas e Equipamentos	17.468,93	7.549,25	- 74,82	-	11.627,61	24.943,36	7.474,43
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 1.099,76	- 1.367,13	-	-	-	- 2.466,89	- 1.367,13
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	- 1.099,76	- 1.367,13	-	-	-	- 2.466,89	- 1.367,13

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	12.343,48	1.748,03	474,51	-	-	99,81	14.665,83
Outros	873,98	-	-	-	-	-	873,98
Total das Adições	13.217,46	1.748,03	474,51	-	-	99,81	15.539,81

5.6. Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de Capacitores	6,67
Chave de Distribuição	6,67
Condutor do Sistema	3,57
Estrutura do Sistema	3,57
Regulador de Tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Medida	4,35
Administração Central	
Equipamento Geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A COOPERZEM Distribuição não apurou valores decorrentes de variação de custos da “Parcela A”.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.084,88	4.944,82	(3.684,83)	-	-	2.344,87	1.046,90	1.297,97	2.344,87	-
Neutralidade da Parcela A	681,50	2.359,73	(1.580,84)	-	-	1.460,39	210,61	1.249,78	1.460,39	-
Outros	403,38	2.585,09	(2.103,99)	-	-	884,48	836,29	48,19	884,48	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.084,88	4.944,82	(3.684,83)	-	-	2.344,87	1.046,90	1.297,97	2.344,87	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.109,64	(1.335,56)	435,48	-	-	209,56	209,56	-	209,56	-
Neutralidade da Parcela A	1.109,64	(1.335,56)	435,48	-	-	209,56	209,56	-	209,56	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.109,64	(1.335,56)	435,48	-	-	209,56	209,56	-	209,56	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos dos empréstimos referem-se à modalidade de Empréstimos Bancários conforme detalhamento das contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Os saldos dos financiamentos referem-se à modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica. As garantias estão representadas por recebíveis por meio de reserva de meios de pagamento.

Contas	Modalidade	Encargos	Vencimento	Total	
				2025	2024
a) Circulante					
Sicoob Credivale - CCB - 976771	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2039	1.071,16	89,29
Sicoob Credivale - CCB - 1152202	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2040	125,00	-
Banco VW - CCB - 009.745.815	Célula de Crédito	0,97% a. m.	22/07/2026	45,32	71,11
Banco VW - CCB - 009.745.828	Célula de Crédito	0,97% a. m.	30/07/2026	51,23	70,01
Banco VW - CCB - 010.121.566	Célula de Crédito	0,99% a. m.	08/07/2025	-	35,03
Arrendamento Mercantil - Patrimônio	Arrendamento Patrimonial	0,50% a. m.	31/05/2027	284,74	267,89
				1.577,44	533,32
b) Não Circulante					
Sicoob Credivale - CCB - 976771	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2039	13.657,34	14.910,71
Sicoob Credivale - CCB - 1152202	Célula de Crédito	0,20% a. m. + 100% CDI	15/09/2040	6.875,00	-
Banco VW - CCB - 009.745.815	Célula de Crédito	0,97% a. m.	22/07/2026	-	45,32
Banco VW - CCB - 009.745.828	Célula de Crédito	0,97% a. m.	30/07/2026	-	51,23
Arrendamento Mercantil - Patrimônio	Arrendamento Patrimonial	0,50% a. m.	31/05/2027	123,38	408,12
				20.655,71	15.415,37

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A COOPERZEM Distribuição não apurou imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Circulante							
R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2024	-	440,66	-	-	-	-	440,66
Constituição	-	3.346,14	-	-	-	-	3.346,14
Baixas/Reversão	-	(870,35)	-	-	-	-	(870,35)
Saldos em 31/12/2025	-	2.916,45	-	-	-	-	2.916,45

9.1. Passivo Circulante – Provisões Para Perdas

O detalhamento das ações nas quais a cooperativa figura como ré encontra-se no quadro abaixo. Trata-se de ações no âmbito cível e trabalhista, decorrentes das atividades operacionais e administrativa, próprias e decorrentes das suas atividades.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

Comarca	Número do Processo	Classe do Processo	Valor da Causa	Prognóstico de Perda	Depósito Judicial	Provisão Contábil
Santo Amaro da Imperatriz - SC	5003616-72.2023.8.24.0057	Ação de Usucapião	380,00	Remota	Não	Não
Armazém - SC	5001150-56.2024.8.24.0159	Ação de Indenização	5,47	Possível	Não	Não
		Soma	385,47			
Armazém - SC	5001094-86.2025.8.24.0159	Ação de Reclassificação Tarifária	653,82	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5000604-64.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	19,18	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5001433-45.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	34,81	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5001944-43.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	3,42	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002586-50.2024.8.24.0159	Ação de Regresso	8,54	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002617-36.2025.8.24.0159	Ação de Regresso	14,87	Provável	Não	Sim
Armazém - SC	5002401-12.2024.8.24.0159	Ação de Regresso	11,50	Provável	Não	Sim
Brasília - DF	1100066-48.2024.4.01.3400	Mandado de Segurança Cível	2.170,31	Provável	Não	Sim
		Soma	2.916,45			

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		2.466,89	-	-	2.466,89
Participação Financeira do Consumidor	2,13%	2.466,89	-	-	2.466,89
(-) Amortização Acumulada - AIS		(155,57)	-	-	(155,57)
Participação Financeira do Consumidor		(155,57)	-	-	(155,57)
Total		2.311,32	-	-	2.311,32

10.1. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	1.099,76	1.367,13	-	-	-	2.466,89	1.367,13	- 155,57	2.311,32	996,74
Participação Financeira do Consumidor	1.099,76	1.367,13	-	-	-	2.466,89	1.367,13	- 155,57	2.311,32	996,74
Total	1.099,76	1.367,13	-	-	-	2.466,89	1.367,13	- 155,57	2.311,32	996,74

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 254,63 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava representado por 253,89 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 10.080 associados em 31 de dezembro de 2025, no ano de 2024 eram 9.736 associados.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para Distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para Distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a

destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de Distribuição.

11.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2025	2024
Resultado do Exercício	6.385,95	6.146,77
Destinações		
RATES	1.218,43	1.377,93
Reserva Legal	674,00	644,80
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	2.358,99	2.256,79
	4.251,42	4.279,52
Realização de Reservas		
RATES	220,82	177,77
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.003,17	813,42
Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	-	1.356,74
	1.223,99	2.347,93
Sobras a Disposição da AGO	3.358,52	4.215,18

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento - Faturado	9.079	8.886	73.019	70.597	51.428,72	48.881,63
Residencial	5.873	5.617	16.582	15.359	13.506,02	12.228,68
Industrial	157	160	28.015	26.531	16.925,96	15.844,00
Comercial	560	552	5.018	4.667	3.999,32	3.764,24
Rural	2.342	2.420	20.318	21.041	14.914,61	15.145,83
Poder público	124	116	1.030	1.038	864,38	827,34
Iluminação pública	6	6	1.837	1.756	1.022,31	898,99
Serviço público	17	15	219	205	196,12	172,55
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	9.079	8.886	73.019	70.597	36.509,45	34.578,15
Consumidores Cativos	9.067	8.879	58.725	57.756	36.185,50	34.578,15
Consumidores Livres	12	7	14.294	12.841	323,95	-
(-) Transferências	-	-	-	-	- 36.185,50	- 34.576,15
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	- 36.185,50	- 34.576,15
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	53,07	61,82
Constituição e Amortiz - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	1.908,38	143,99
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	405,22	307,88
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	18.598,89	15.162,64
Total	9.079	8.886	73.019	70.597	72.718,23	64.559,96



13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

No exercício de 2025, a COOPERZEM Distribuição efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE cujos montantes resultaram na compra de 51,610 MWh ao custo de 12.957 milhões de reais.

Energia Comercializada	MWh Mil		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica	30.567	45.746	5.493,89	7.813,41
Safira Energia	13.943	-	1.973,78	-
CELESC Distribuidora	2.654	2.654	821,30	807,52
Cotas de Angra	1.854	1.740	577,64	559,86
Cotas de Garantia Fixa	1.547	8.202	1.480,05	1.438,65
PROINFA	1.045	1.071	-	-
Liquidação Financeira	-	-	1.466,30	782,65
EER	-	-	1.137,43	1.080,80
Contribuição Associativa CCEE	-	-	7,51	7,41
Total	51.610	59.413	12.957,90	12.490,30

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2025	2024
Pessoal	5.885,27	5.347,78
Remuneração	3.596,71	3.339,86
Encargos	1.680,29	1.340,60
Outros	608,27	667,32
Administradores	585,94	541,79
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	585,94	541,79
Total	6.471,21	5.889,57

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.



16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

16.1. Segmentos e Atividades de Negócios

A Cooperativa opera atividade de Distribuição de energia elétrica exclusivamente, de modo que a Demonstração do Resultado do Exercício representa em todos os aspectos o resultado de seus negócios.

16.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

16.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

16.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de Distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

16.3. Principais Clientes - As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2024 chegaram a perfazer um montante de R\$ 2.888 mil, representando 3,49% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Resolução Normativa ANEEL nº 704, de 28 de março de 2016, estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Desde a assinatura do contrato da permissão a COOPERZEM Distribuição aderiu a esta nova metodologia.

17.1. Reajuste Tarifário Anual

Em 26 de outubro de 2018, foi firmado o Contrato de Permissão nº 007/2018 entre a União e a COOPERZEM Distribuição por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de Distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

17.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de Distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almojarifado de Operação e;
- III – Obrigações especiais.

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à prestação do serviço público de Distribuição de energia elétrica, visando à definição da BRR no 1CRTP-P, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração será obtida a partir dos ativos em operação, determinada regulatóriamente, a partir das referências de preços adotadas pela ANEEL;
- b) Considera-se como data-base do laudo de ativos o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do 1CRTP-P;
- c) A data anterior será utilizada para valoração dos ativos a partir do banco de preços referenciais da ANEEL;
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de ativos e a data da revisão tarifária e;
- e) Em relação ao almoxarifado de operações, seu valor corresponderá ao percentual de 0,30% do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	62.119,62
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.466,89
(4) Bens Totalmente Depreciados	5.871,53
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	53.781,20
(6) Depreciação Acumulada	25.774,60
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	36.345,02
(10) Almoxarifado em Operação	31,52
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.311,32
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	34.065,22
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.151,25
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.284,26

Em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima são considerados com base na contabilidade.

17.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.



Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.992,04
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	998,01
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	998,01
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.996,01
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	54,58
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	161,39
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	414,22
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	630,19

Em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 o valor da parcela B da tarifa da COOPERZEM Distribuição são estabelecidos com base em pleito formulado diretamente a ANEEL.

17.4. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 o valor da parcela B da tarifa da COOPERZEM Distribuição são estabelecidos com base em pleito formulado diretamente a ANEEL.

Por meio de correspondência enviada à ANEEL a COOPERZEM Distribuição solicitou os valores atuais de Parcela B.

17.5. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Para fins do reajuste tarifário de 2024 e em conformidade com a metodologia PRORET 8.4 a COOPERZEM Distribuição solicitou os valores de Parcela B por meio de correspondência fundamentada enviada à ANEEL.

A receita requerida para o processo da COOPERZEM Distribuição, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2025, resultou em R\$ 55.446.053,93. Deste total, 62,13% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 34.446.53,93 e à parcela B, correspondendo a 37,87%, o valor de R\$ 21.000.000,00.

Processo tarifário	DRA (mil R\$)	DRP (mil R\$)	Variação	Participação no Processo Tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	8.468,37	11.437,95	35,07%	5,98%	20,63%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	69,74	78,74	12,90%	0,02%	0,14%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.605,92	9.224,70	39,64%	5,27%	16,64%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EEF	1.005,92	1.205,97	19,89%	0,40%	2,18%
PROINFA	786,79	928,53	18,01%	0,29%	1,67%
ENERGIA COMPRADA	13.050,68	11.970,56	-8,28%	-2,17%	21,59%
Energia	13.050,68	11.970,56	-8,28%	-2,17%	21,59%
TRANSPORTE DE ENERGIA	7.598,97	11.037,55	45,25%	6,92%	19,91%
Uso do Sistema de Distribuição	7.598,97	11.037,55	45,25%	6,92%	19,91%
RECEITA ANUAL	49.680,59	55.446,05			
Total de Parcela A	29.118,02	34.446,05	18,30%	10,72%	62,13%
Total de Parcela B	20.562,57	21.000,00	2,13%	0,88%	37,87%
Variação Econômica				11,61%	
COMPONENTES FINANCEIROS					
Repasso de PIS COFINS		315,41		0,63%	
Neutralidade Encargos Setoriais		- 297,14		-0,60%	
Ajuste CUST RB + PIS / COFINS		913,79		1,84%	
Subvenção CDE		- 6.241,31		-12,56%	
Reversão Risco Hidrológico		- 776,64		-1,56%	
Previsão Risco Hidrológico		668,94		1,35%	
Outros Financeiros		- 556,29		-1,12%	
Total Financeiros		- 5.973,24		-12,02%	
Variação Econômica e Financeira				-0,42%	
Retirada dos Componentes Financeiros Relativos ao Processo Anterior				18,29%	
Efeito Médio a ser Percebido pelos Consumidores				17,87%	

Em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores referentes a parcela B da tabela acima passaram a serem valores estimados.

17.6. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da COOPERZEM Distribuição, constantes da Resolução Homologatória nº 3.399, de 24 de setembro de 2024, ficaram, em média, reajustadas em 17,88%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2025 a 29 de setembro de 2026, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.529 de 23 de setembro de 2025.

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

ATIVO	NC	2025			2024		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo Circulante		19.006,56	-	19.006,56	25.839,51	-	25.839,51
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.319,52	-	5.319,52	14.073,29	-	14.073,29
Consumidores	18.1	7.689,09	-	7.689,09	6.404,03	-	6.404,03
Serviços em Curso		53,77	-	53,77	184,84	-	184,84
Tributos Compensáveis		64,88	-	64,88	166,69	-	166,69
Almoxarifado Operacional		31,52	-	31,52	48,79	-	48,79
Ativos Regulatórios	18.2	2.344,87	-	2.344,87	1.084,88	-	1.084,88
Despesas Pagas Antecipadamente		12,79	-	12,79	13,34	-	13,34
Outros Ativos Circulantes		3.490,12	-	3.490,12	3.863,65	-	3.863,65
Ativo Não Circulante		67.173,27	11.524,72	78.697,99	42.858,17	11.445,61	54.303,78
Tributos Compensáveis		58,45	-	58,45	67,39	-	67,39
Outros Ativos Não Circulantes	18.3	18.511,34	- 3.752,38	14.758,96	15.204,15	- 592,80	14.611,35
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		41,18	-	41,18	41,18	-	41,18
Imobilizado	18.4	-	63.839,40	63.839,40	-	39.583,86	39.583,86
Intangível	18.5	48.562,30	- 48.562,30	-	27.545,45	- 27.545,45	-
TOTAL DO ATIVO		86.179,83	11.524,72	97.704,55	68.697,68	11.445,61	80.143,29

PASSIVO	NC	2025			2024		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo Circulante		17.914,67	-	17.914,67	12.027,06	-	12.027,06
Fornecedores		7.345,39	-	7.345,39	5.157,15	-	5.157,15
Empréstimos, Financiamento e Debêntures		1.577,44	-	1.577,44	533,32	-	533,32
Obrigações Sociais e Trabalhistas		868,50	-	868,50	697,37	-	697,37
Tributos		1.278,82	-	1.278,82	1.020,56	-	1.020,56
Provisão Para Litígios		2.916,45	-	2.916,45	440,66	-	440,66
Encargos Setoriais		875,85	-	875,85	626,63	-	626,63
Passivos Regulatórios	18.2	209,56	-	209,56	1.109,64	-	1.109,64
Outros Passivos Circulantes		2.842,66	-	2.842,66	2.441,73	-	2.441,73
Passivo Não Circulante		21.927,12	2.311,32	24.238,44	17.954,74	996,74	18.951,48
Fornecedores		1.099,21	-	1.099,21	2.286,18	-	2.286,18
Empréstimos, Financiamento e Debêntures		20.655,71	-	20.655,71	15.415,37	-	15.415,37
Tributos		172,20	-	172,20	253,19	-	253,19
Obrigações Vinculadas à Concessão	18.6	-	2.311,32	2.311,32	-	996,74	996,74
TOTAL DO PASSIVO		39.841,79	2.311,32	42.153,11	29.981,80	996,74	30.978,54
Patrimônio Líquido	18.8	46.338,04	9.213,40	55.551,44	38.715,88	10.448,87	49.164,75
Capital Social		254,63	-	254,63	253,89	-	253,89
Outros Resultados Abrangentes		-	10.448,87	10.448,87	-	10.448,87	10.448,87
Reserva de Sobras		41.489,42	-	41.489,42	34.246,81	-	34.246,81
Sobras à Disposição da Assembleia		4.593,99	- 1.235,47	3.358,52	4.215,18	-	4.215,18
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		86.179,83	11.524,72	97.704,55	68.697,68	11.445,61	80.143,29

	2025				2024				
	NC	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório		
Receita Operacional	18.7	82.814,30	-	8.114,81	74.699,49	75.661,04	-	9.403,49	66.257,55
Fornecimento de Energia Elétrica		15.296,29	-	15.296,29	14.367,30	-	-	14.367,30	
Receita Pela Disponibilidade da Rede Elétrica		36.509,46	-	36.509,46	34.578,15	-	-	34.578,15	
Ativos e Passivos Regulatórios		1.908,37	-	1.908,37	143,99	-	-	143,99	
Serviços Cobráveis		405,22	-	405,22	307,88	-	-	307,88	
Doações, Contrib. Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		18.598,89	-	18.598,89	15.162,64	-	-	15.162,64	
Receita de Construção		8.114,81	-	8.114,81	-	-	-	9.403,49	-
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão Serv. de Energia		1.981,26	-	1.981,26	1.697,59	-	-	1.697,59	
(-) Deduções da Receita Operacional		18.925,54	-	18.925,54	15.646,74	-	-	15.646,74	
(-) Tributos sobre a Receita		10.563,79	-	10.563,79	9.145,77	-	-	9.145,77	
ICMS		9.616,88	-	9.616,88	8.642,12	-	-	8.642,12	
PIS-PASEP		168,63	-	168,63	89,69	-	-	89,69	
COFINS		778,28	-	778,28	413,96	-	-	413,96	
(-) Encargos do Consumidor		8.361,75	-	8.361,75	6.500,97	-	-	6.500,97	
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		6.367,83	-	6.367,83	4.887,29	-	-	4.887,29	
Taxa de Fiscalização Serv. Energia Elétrica - TFSEE		70,03	-	70,03	60,84	-	-	60,84	
Outros Encargos		1.923,89	-	1.923,89	1.552,84	-	-	1.552,84	
(=) Receita Operacional Líquida		63.888,76	-	8.114,81	55.773,95	60.014,30	-	9.403,49	50.610,81
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		30.492,33	-	30.492,33	29.825,04	-	-	29.825,04	
Energia Elétrica Comprada Para Revenda		15.953,68	-	15.953,68	19.510,79	-	-	19.510,79	
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - PROINFA		783,59	-	783,59	687,44	-	-	687,44	
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		13.755,06	-	13.755,06	9.626,81	-	-	9.626,81	
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		33.396,43	-	8.114,81	25.281,62	30.189,26	-	9.403,49	20.785,77
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		23.328,16	-	6.879,34	16.448,82	21.837,04	-	8.046,75	13.790,29
Pessoal e Administradores		6.471,21	-	6.471,21	5.889,57	-	-	5.889,57	
Material		2.355,10	-	2.355,10	1.329,55	-	-	1.329,55	
Serviços de Terceiros		2.694,91	-	2.694,91	2.736,46	-	-	2.736,46	
Arrendamentos e Aluguéis		280,08	-	280,08	271,45	-	-	271,45	
Seguros		27,73	-	27,73	39,60	-	-	39,60	
Doações, Contribuições e Subvenções		340,01	-	340,01	321,75	-	-	321,75	
Provisões		406,12	-	406,12	231,07	-	-	231,07	
(-) Recuperação de Despesas	-	39,69	-	39,69	-	-	-	39,96	-
Tributos		72,30	-	72,30	51,08	-	-	51,08	
Depreciação e Amortização		1.480,01	735,32	2.215,33	1.142,50	781,37	-	1.923,87	
Custo de Construção		8.114,81	-	8.114,81	-	-	-	9.403,49	-
Outros Custos		866,81	-	866,81	244,59	-	-	244,59	
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		258,76	500,15	758,91	215,89	575,37	-	791,26	
(=) Resultado do Serviço		10.068,27	-	1.235,47	8.832,80	8.352,22	-	1.356,74	6.995,48
(+) Resultado Financeiro		2.022,96	-	2.022,96	334,17	-	-	334,17	
Despesas Financeiras		3.445,73	-	3.445,73	1.172,64	-	-	1.172,64	
Receitas Financeiras	-	1.422,77	-	1.422,77	-	-	-	838,47	-
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		8.045,31	-	1.235,47	6.809,84	8.018,05	-	1.356,74	6.661,31
CSLL		118,56	-	118,56	142,55	-	-	142,55	
IRPJ		305,33	-	305,33	371,99	-	-	371,99	
(=) Resultado Líquido do Exercício		7.621,42	-	1.235,47	6.385,95	7.503,51	-	1.356,74	6.146,77

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos regulatórios - Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Outros ativos não circulantes - Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ITG 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade



regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.5.2. Depreciação

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2º, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo da Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível societário.

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01).

18.7.2. Ativo intangível

Os efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01) referem-se ao registro do custo da parcela recuperável no prazo da permissão.

18.7.3. Receita e custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ITG 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2025 e 2024.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2025 e 2024.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos no Início do Exercício	46.338,04	38.715,88
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	9.213,40	10.448,87
Reavaliação Regulatória Compulsória	10.448,87	10.448,87
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	- 1.235,47	-
Saldos no Fim do Exercício	55.551,44	49.164,75

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória referem-se ao efeito desta reavaliação no Patrimônio Líquido não reconhecido pelas normas da contabilidade adotadas no Brasil. A sua realização pela depreciação ou baixa reflete no resultado regulatório a disposição da assembleia geral.

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) Líquido Conforme Contabilidade Societária	7.621,42	7.503,51
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	- 1.235,47	- 1.356,74
Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória	- 735,32	- 781,37
Anulação Não Operacional	- 500,15	- 575,37
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	6.385,95	6.146,77

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Anulação Não Operacional: refere-se aos efeitos das baixas de ativos imobilizados reavaliados compulsoriamente cuja mais valia não é reconhecida na contabilidade societária.

Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão: refere-se aos efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão, reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis: refere-se ao efeito tributário sobre as receitas decorrentes do ajuste a valor justo do ativo financeiro da concessão cuja tributação é estimada em 9% a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de 25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.



Armazém (SC), 31 de dezembro de 2025.

Marcelino Gabriel Heerd
Presidente
687.961.539-20

Márcio Rodrigues
Contador
CRC - SC 024.440/O - 0



7 - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE CONTABILIDADE REGULATÓRIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Armazém - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**, com data de 06 de março de 2026.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 08 de abril de 2026.

HERMENEGILDO
JOAO
VANONI:296010459
53

Assinado de forma digital
por HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2026.04.09
11:27:58 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O -7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012 SC



PÁGINA EM BRANCO